

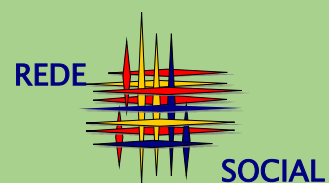


PORTALEGRE

CONCELHO

Diagnóstico Social

- 2024 -



Índice

- Introdução	2
- Metodologia	3
- Enquadramento do Concelho	4
- Dinâmica Sócio Territorial	7
• Caracterização da População	7
• Habitação	15
• Educação	20
• Atividade Económica	33
• População Empregada	35
• População Desempregada e Desemprego no Concelho	37
- Equipamentos Sociais	44
• População Idosa	47
• População Infantil	47
• Apoio à Família e Comunidade	48
• População Deficiente	49
- Proteção Social	50
- Dinâmicas de Intervenção Social	55
- Saúde	63
- Potencialidades vs Debilidades	70
- Prioridades de Intervenção	74
- Conclusão	75

Introdução

O instrumento de trabalho que aqui se apresenta – Diagnóstico Social de Portalegre visa sobretudo evidenciar as principais necessidades e problemas, cuja intervenção é prioritária, bem como sensibilizar toda a sociedade para a problemática da erradicação da pobreza e da exclusão social.

O Diagnóstico Social constitui um documento aberto que se vai construindo, dado que corresponde a uma análise e síntese da realidade social estudada num determinado contexto social, espacial e temporal, respeitante a situações problemáticas. Serve de meio de informação sobre a realidade, a que se pretende intervir e transformar, impulsionando a consolidação do trabalho em parceria, dado que proporciona a participação e envolvimento das entidades que integram o Conselho Local de Ação Social de Portalegre e de outros interventores sociais. Gera, assim, uma dinâmica activa de articulação das diferentes parcerias existentes e de impacto sobre a realidade concelhia, quer na identificação e interpretação dos problemas concelhios quer na definição de prioridades e estratégias de intervenção com vista à solução dos mesmos.

Em termos de apresentação, o presente documento surge inicialmente com o enquadramento de Portalegre complementada e atualizada, tanto quanto possível, de forma a se poder fornecer indicadores sociodemográficos e económicos, bem como dar a conhecer e identificar os recursos e perceber as necessidades do concelho.

Elencaram-se várias áreas consoante a problemática, constituindo os grandes eixos de intervenção:

- Retrato do concelho (espaço físico; território; acessibilidades e transportes; património Histórico- Cultural; Espaço de Lazer; Cultura e Desporto)
- Dinâmica Sócio- Territorial (caracterização da população; habitação; educação; atividade económica; equipamentos sociais; habitação social)
- Grupos Vulneráveis (rendimento social de inserção; prestações familiares; situação atual do desemprego; crianças e jovens em situação de perigo; comissão de proteção de crianças e jovens; população idosa; população deficiente)
- Principais Problemas Sociais (caracterização; respostas sociais e medidas e programas existentes)

Foram utilizadas metodologias participativas que assentaram na identificação das necessidades e na deteção dos problemas prioritários, bem como os recursos e potencialidades que constituem reais oportunidades de desenvolvimento do concelho.

No processo de levantamento e análise dos problemas e necessidades foi tido em conta:

- Identificação dos problemas, necessidades e centros de interesse que mobilizam a população;
- Compreender e explicar as causas e efeitos/consequências;
- Identificar recursos e meios para atuar: existentes e potenciais;
- Determinar prioridades e estratégias de intervenção;
- Atender a fatores que poderão potenciar ou condicionar o processo de intervenção;
- Atender às características e interesses da população envolvida.

Refira-se que o Diagnóstico Social é um instrumento inacabado, pois é constantemente alimentado pela ação dos diversos agentes que constituem a sociedade.

Metodologia

A elaboração do Diagnóstico pressupôs a utilização de dois grandes tipos de fontes de informação, associando métodos qualitativos e quantitativos.

Sempre que possível, procurou-se introduzir uma perspetiva temporal na análise da informação estatística recolhida. Embora focando a atenção nos dados mais recentes, houve a preocupação de tentar compreender o presente a partir das dinâmicas anteriormente criadas. Por indisponibilidade/inexistência de dados mais recentes, os dados recolhidos dizem, por vezes, respeito a uma série de anos dos últimos Censos 2021 e Anuário Estatísticos da Região Alentejo 2022.

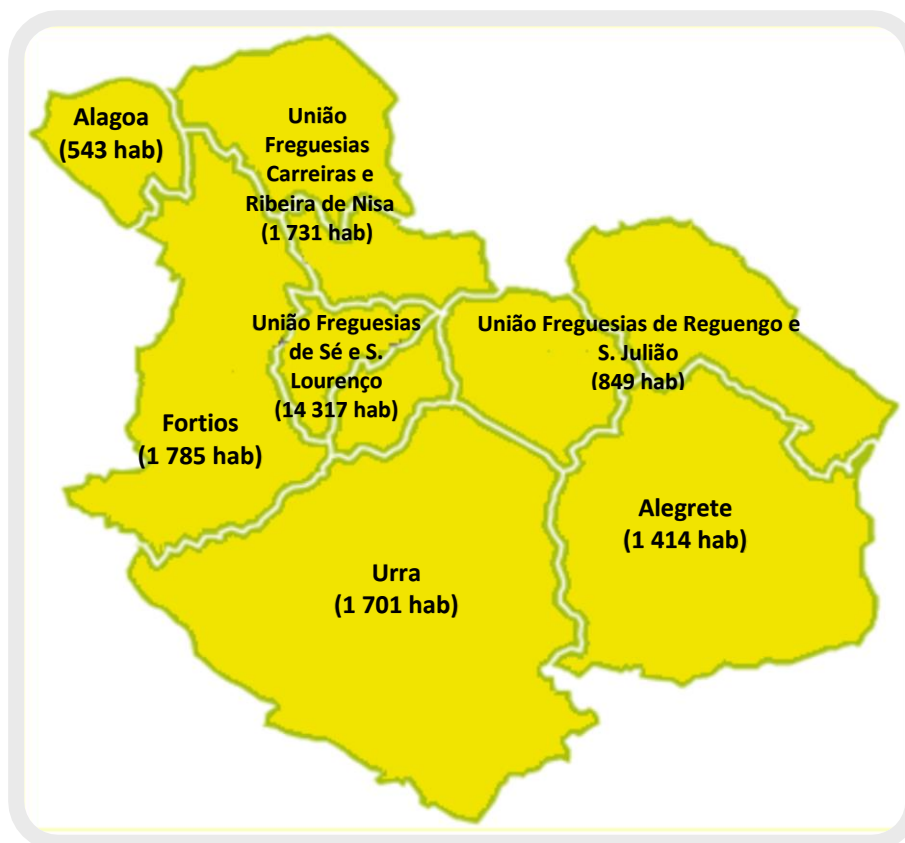
Baseado numa metodologia de participação ativa, o processo de Diagnóstico procurou articular objetivos claros e a exatidão da informação que se prendem com uma participação alargada por parte de vários interlocutores envolvidos no processo de desenvolvimento social local, bem como numa pesquisa de elementos que caracterizam a realidade social, elaborado com base em vários suportes, nomeadamente:

- Recolha e análise de fontes estatísticas;
- Análise de conteúdos de documentos produzidos sobre o concelho de Portalegre;
- Recolha de informação junto das entidades parceiras, para auscultação dos principais problemas sentidos;
- Auscultação e reflexão das especificidades, decorridas durante as reuniões com os grupos de trabalho.

Ainda quando possível se desceu ao nível da freguesia mas os dados disponíveis a este nível são mais escassos.

O maior ou menor número de fontes de informação a que foi possível recorrer, o maior ou menor número de dados disponíveis, conduziu a diferentes graus de aprofundamento dos temas identificados.

Enquadramento do Concelho



O Concelho de Portalegre situa-se segundo a NUTS III na Região Alentejo, mais precisamente no Alto Alentejo.

Com uma área total de 448 Km², fica situado no Distrito de Portalegre, região do Alto Alentejo. Constituído por 7 freguesias, uma situa-se no perímetro urbano (União Freguesias Sé e S. Lourenço) e as restantes são rurais (Alagoa, Alegrete, União Freguesias Carreiras e Ribeira de Nisa, Fortios, União de Freguesia Reguengo e S. Julião e Urra) caracterizadas, de um modo geral, por um povoamento disperso.

Relativamente à distribuição da população residente, verifica-se uma maior concentração populacional nas freguesias urbanas, com maior incidência na União de freguesias da Sé e S. Lourenço.

As freguesias rurais, para além de registarem uma menor afluência de gentes, registam também, uma dispersidade do seu povoamento. Esta situação constata-se em todas estas freguesias, variando a sua intensidade. S. Julião assume os valores mais significativos no que respeita a esta temática.

A dispersidade de que falamos, rapidamente se traduz num elemento facilitador para o isolamento social que afeta sobretudo casais de idosos ou então idosos que vivem sós. Os maus acessos que enfrentam até chegarem aos itinerários principais, inibem por vezes as deslocações, que ocorrem apenas em situações de necessidade.

Todos estes aspetos remetem-nos para uma clivagem urbano – rural do nosso concelho. A par desta clivagem que nos remete para uma vincada distinção dos espaços urbanos e rurais,

podemos ainda concluir que também os espaços rurais se diferenciam. Neste contexto importa referir que as freguesias rurais que se situam mais próximas do perímetro urbano, são as que beneficiaram de aumento populacional.

A dinâmica populacional do concelho de Portalegre segue as tendências sub-regional e regional neste domínio, assistindo-se à rarefação da sua base demográfica, cujas causas residem fundamentalmente na incapacidade de rejuvenescimento natural, como consequência do envelhecimento da população residente, e na fraca capacidade de atracção e fixação de população no território concelhio.

A perda de população e respetivo envelhecimento é sobretudo evidente nas freguesias rurais o que, associado ao processo de concentração populacional na cidade de Portalegre e área envolvente, traduz-se na heterogeneidade da distribuição populacional do concelho, fenómeno que se regista com idêntica intensidade nos restantes concelhos do Alentejo.

No domínio da educação, Portalegre assume uma posição de destaque no contexto sub-regional e regional, pela presença de instituições de ensino superior no seu território. Com uma rede escolar que cobre todos os níveis de ensino definidos no sistema educativo nacional, Portalegre apresenta níveis de oferta educativa francamente superiores aos registados no contexto sub-regional, o que coloca o concelho, e sobretudo a cidade de Portalegre, numa posição de destaque no contexto regional.

No mesmo sentido, os equipamentos e serviços de saúde do concelho apresentam níveis de diversificação superiores aos existentes nos restantes concelhos do distrito.

No domínio das atividades económicas, apesar do perfil industrial, que caracterizou a base económica do concelho até meados do século XX (onde o sector têxtil apresentava uma forte presença), hoje, o quadro produtivo de Portalegre apresenta-se com um elevado grau de terciarização, sustentado por um tecido empresarial fragilizado, quer pela dimensão das empresas (onde predominam as microempresas de cariz familiar), quer pela incipiente capacidade produtiva (volumes de vendas reduzidos).

No âmbito das atividades económicas, crescem as potencialidades naturais, culturais e patrimoniais que o concelho oferece ao desenvolvimento de atividades turísticas, de recreio e lazer, as quais se apresentam como uma oportunidade adicional à diversificação e dinamização da base económica local. Neste quadro, importa referir a existência de alguns projetos que contribuirão para o desenvolvimento do sector turístico e, simultaneamente, para a qualificação funcional da cidade de Portalegre, nomeadamente a pretensão de construção de novos hotéis e campos de golfe.

Ainda com vista o reforço da sua base económica, Portalegre possui infraestruturas de apoio às atividades económicas (o Parque Industrial de Portalegre e o Centro de Apoio à Criação de Empresas do Alto Alentejo - CACE), que poderão jogar um papel relevante na fixação de unidades produtivas no concelho, cujo papel é determinante para a inversão da tendência de repulsão da população residente em idade ativa.

Importa ainda referir que o desenvolvimento da base económica de Portalegre está fortemente dependente da sua inserção no quadro das acessibilidades regionais. O sistema de acessibilidades, designadamente a rede viária concelhia, mas também em parte as ligações regionais, contribui para um relativo isolamento da sede de concelho.

No que respeita à rede de acessibilidades internas, tem sido feito um esforço recente de melhoramento de vias e de criação de novas ligações. Atualmente, as principais sedes de freguesia beneficiam de boas ligações à cidade de Portalegre, todas as freguesias do concelho são já servidas por transporte público.

No âmbito dos equipamentos culturais públicos, o concelho de Portalegre, conta com os seguintes equipamentos e espaços:

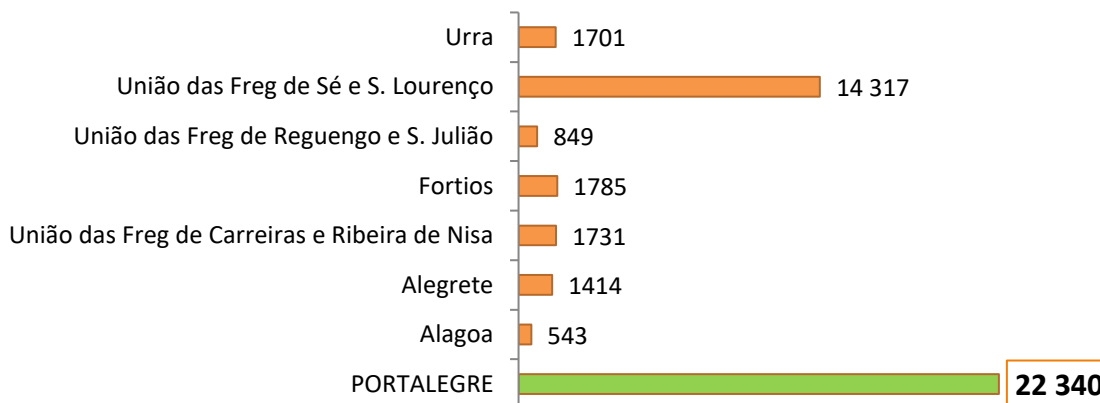
- Biblioteca Municipal;
- Museu Municipal – Espaço Cultural;
- Museu José Régio (Casa Museu);
- Museu da Tapeçaria de Portalegre - Guy Fino;
- Galeria de S. Sebastião;
- Castelo de Portalegre;
- Centro de Artes do Espetáculo de Portalegre;

Relativamente à temática – Associativismo - No concelho de Portalegre existem 74 coletividades. De entre todas as coletividades, num total de 74, há uma maior incidência das que são vocacionadas para o Desporto/Cultura e Lazer, seguindo-se a Cultura e Recreio e o Voluntariado e a Educação são também áreas com alguma expressão.

Dinâmica Sócio Territorial

Caracterização da População

População residente, por freguesia, 2021

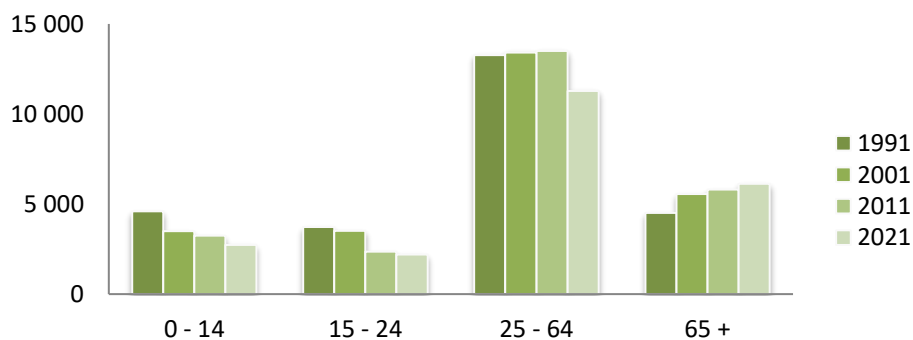


Fonte: INE, CENSOS 2021

Relativamente à **distribuição da população residente**, verifica-se uma maior concentração populacional na freguesia urbana – União das Freguesias de Sé e S. Lourenço.

As freguesias rurais, para além de registarem uma menor afluência de gentes, registam também, uma **dispersidade** do seu povoamento que se traduz num elemento facilitador para o **isolamento social** que afeta sobretudo casais de idosos ou então idosos que vivem sós.

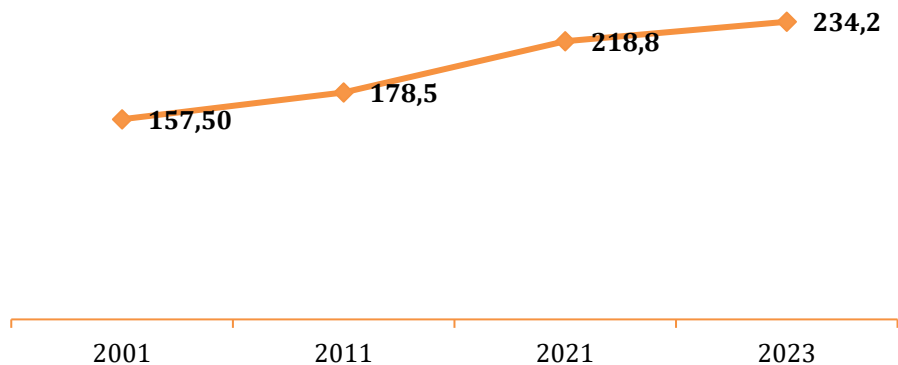
Quanto à distribuição da população por escalão etário verifica-se que no Concelho predominam pessoas com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos, seguido do escalão etário com idade superior a 65 anos. Nos últimos dez anos agravou-se a tendência para o envelhecimento da população: a população jovem em idade ativa diminuiu e aumentou a população idosa.



Fonte: INE, CENSOS e Anuários Estatísticos da Região Alentejo

Com base nos dados anteriormente apresentados, relativos à distribuição da população por escalão etário é possível referir indicadores demográficos que caracterizam a população.

Evolução do Índice de envelhecimento no concelho (%)



Fonte: INE, CENSOS e Estimativas anuais da população residente

Este cenário de envelhecimento da população é comprovado pelo Índice de Envelhecimento que em 2001 se fixava nos 157,5 aumentando significativamente em 2011 e em 2021, fixando-se em 2023 em 234,2.

Índice de Dependência dos Idosos (2021)	
(Pop. 65+ anos / Pop. 15-64 anos) * 100	45%
Portalegre	
45,3	

O índice de dependência de idosos em 2021, mostra-nos que existem 45 idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa.

Índice de Dependência Total (2021)	
(Pop. 0-14 anos + Pop. 65+) / (Pop. 15-64 anos) * 100	57%
Portalegre	
57,11	

O índice de dependência total indica que para cada 100 indivíduos em idade ativa existem cerca de 57 indivíduos “dependentes” (jovens dos 0 aos 14 anos e idosos com 65 ou mais anos).

O concelho de Portalegre apresenta um índice de dependência de idosos superior ao que é evidenciado no território nacional (38%).

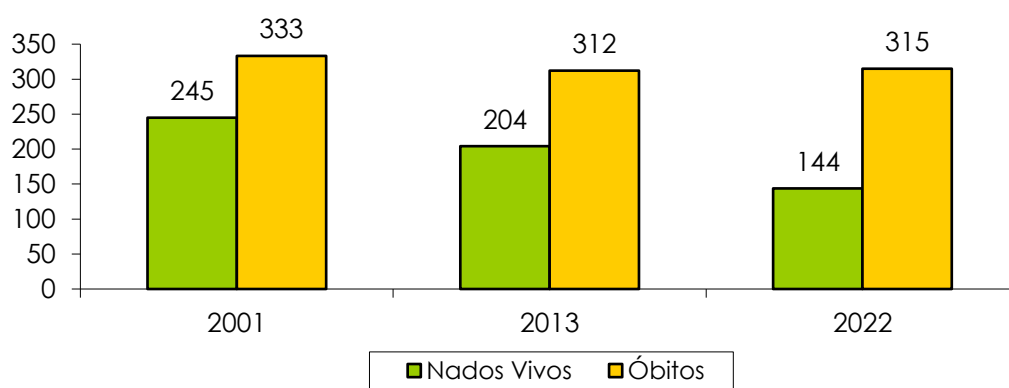
O envelhecimento da população e o aumento do número de idosos a viverem sós transporta consigo importantes implicações para a própria intervenção social. Na sua reflexão em torno dos problemas locais, os parceiros da Rede Social do concelho são unânimes em equacionar os problemas associados ao processo de envelhecimento:

- Isolamento social da população, o que alimentará um sentimento de solidão decorrente, em grande parte, da viuvez e da perda de outros familiares e amigos o que leva a uma fragilidade das relações sociais, afetivas e de suporte;

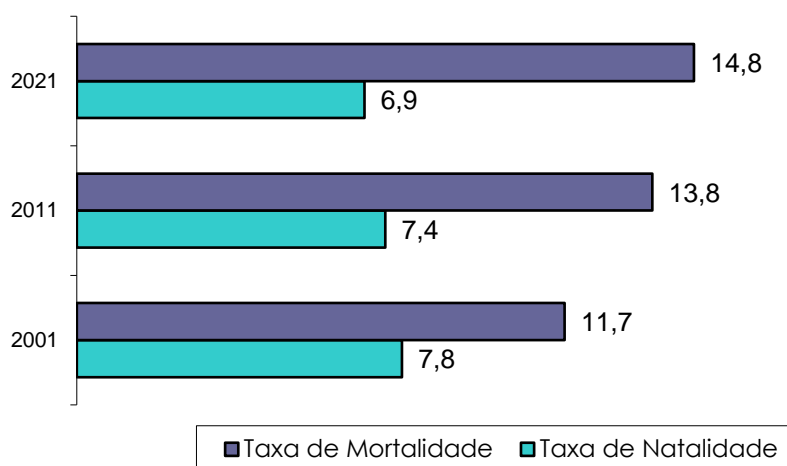
- Ausência ou insuficiência de retaguarda familiar devido, em alguns casos, às dificuldades que as famílias atuais têm em conciliarem as exigências de uma atividade profissional a tempo inteiro com os cuidados a familiares e, noutros casos, sobretudo no caso dos muito idosos, devido à ausência de parentes;
- Aumento das situações de dependência.

Crescimento natural da População residente

Em 2001, Portalegre apresentou um saldo fisiológico (diferença entre o número de nados vivos e óbitos num determinado momento) negativo (- 88), uma vez que o número de nascimentos foi inferior ao número de indivíduos que faleceram. A mesma situação tem continuidade em 2013 e 2022, mais acentuada em 2013 e 2022 com um saldo fisiológico em 2013 (-108) e 2022 (- 171). Como se pode verificar no gráfico tem havido uma diminuição de óbitos e uma regressão do número de nados vivos.



Fonte: INE, Retrato municipal



Fonte: INE, CENSOS 2021 e Indicadores Demográficos

Podemos observar que a taxa de mortalidade cresceu consideravelmente no concelho desde 2001 e, por outro lado, apresenta um decréscimo na taxa de natalidade.

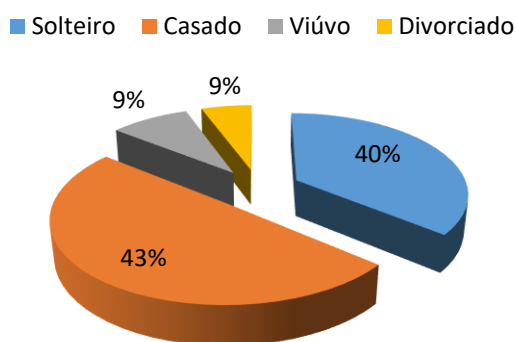
Em 2001, a taxa de natalidade (n.º de nascimentos/população residente, num determinado momento) era de 7,8%, e a de mortalidade (n.º de óbitos/população residente, num determinado momento) situava-se nos 11,7%. Em 2021 a taxa de mortalidade fixou-se nos 14,8 % e a taxa de natalidade nos 6.9%.

A diminuição da taxa de natalidade e o aumento da taxa de mortalidade implica que se registem mais óbitos que nascimentos, resultando na fragilização da capacidade de renovação geracional.

A descida da taxa de natalidade é, normalmente, acompanhada de um retardamento da concretização dos projetos conjugais. Ou seja, as pessoas tendem a casar mais tarde e a terem filhos em idades mais avançadas

Estado Civil

Em 2021 o maior grupo da população que residia no Concelho de Portalegre era casado (43%). O segundo maior grupo diz respeito à população solteira (40%). As restantes categorias do estado civil, divorciado e viúvo, surgem com menor expressão nomeadamente com 9%.



Fonte: INE, CENSOS 2021

Famílias

As tendências demográficas registadas nas últimas décadas (aumento da esperança de vida, queda da fecundidade, adiamento da parentalidade, aumento das uniões de facto e do divórcio, ...) implicam um processo de mudança progressivo e persistente em direção a novas formas de viver em casal e em família.

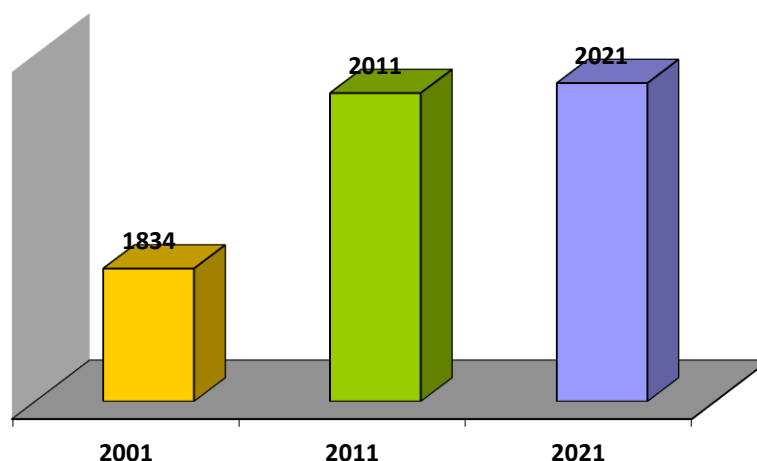
No concelho de Portalegre é possível verificar um significativo número de famílias unipessoais (correspondendo a 27,6% do total de famílias. Este número é reflexo duma tendência que se tem verificado ao longo dos anos e que se traduz na diminuição do tamanho das famílias, com mais famílias unipessoais e famílias nucleares mais pequenas.

Famílias segundo os Censos, total (N.º) e por número de indivíduos (%), concelho (2021)

	N. Total	Dimensão (%)			
		1 Indivíduo	2 Indivíduos	3 a 5 indivíduos	6 e mais indivíduos
Portalegre	9 556	27,6	36,4	35,3	0,6

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Famílias unipessoais (N.º) segundo os Censos, no concelho de Portalegre (2001, 2011, 2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Como principais linhas de transformação é possível identificar:

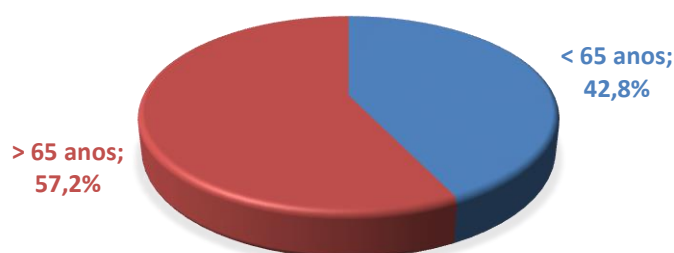
Um padrão de vida doméstica assente, generalizadamente, em famílias de menor dimensão, devido ao menor número de filhos, que raramente ultrapassa os dois; ao decréscimo das famílias alargadas; e ao aumento das famílias unipessoais;

O reforço da privacidade da vida conjugal, vivendo os casais (com ou sem filhos) cada vez menos em coresidência com outros familiares;

Um crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viverem sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados e divorciados, viúvos);

Uma diversidade mais acentuada das formas de viver em família, quer em relação à conjugalidade (casamento “de direito” e “de facto”, casamento religioso ou civil), quer em relação à parentalidade (aumento das famílias monoparentais e recompostas).

Famílias unipessoais (%) segundo os Censos (com menos de 65 anos e com 65 e mais anos), no concelho (2021)



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Da análise ao gráfico, podemos constatar que, no concelho, 57,2% das famílias unipessoais correspondem a idosos que residem sozinhos. Esta é uma situação que pode traduzir-se numa maior vulnerabilidade dos idosos, podendo resultar:

- Maior dificuldade financeira;
- Falta de apoio social;
- Declínio da saúde mental;
- Maiores dificuldades com as tarefas do dia-a-dia;
- Maior exposição a fraudes e crimes.

Surge assim a necessidade de uma atenção particular para o desenvolvimento de políticas locais de apoio e de suporte dirigidas a idosos que residem sozinhos e que incidam sobre as diferentes dimensões do problema, nomeadamente:

- Ações de proteção financeira;
- Serviços de apoio, como programas de visitas ao domicílio, serviços de transporte, etc;
- Desenvolvimento de redes de apoio, como grupos de convívio ou atividades comunitárias;
- Capacitação de cuidadores, incluindo informações sobre saúde, segurança e bem-estar;
- Promoção de campanhas de consciencialização para aumentar a sensibilização da comunidade para a situação dos idosos que estão sozinhos.

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Demografia	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa densidade populacional; - Saldo fisiológico negativo; - Despovoamento/ Desertificação; - Elevado índice de envelhecimento e dependência; 	<ul style="list-style-type: none"> - População residente tem vindo a diminuir; - Número de nascimentos inferior ao número de indivíduos que faleceram; - Isolamento social decorrente da dispersão geográfica de algumas localidades e famílias; - a população jovem está a decrescer, enquanto que a população adulta e idosa evolui no sentido oposto;
Envelhecimento	<ul style="list-style-type: none"> - Excessiva institucionalização de idosos; - Inatividade física/cognitiva e social da população idosa; - Insuficiente retaguarda familiar; - Isolamento familiar e social; - População idosa em situação de dependência sem apoio 	<ul style="list-style-type: none"> - Abandono pela família - Questões de doença - Degradação do estado físico e mental dos idosos, com perda de autonomia; - Baixas qualificações decorrentes de baixa escolaridade ou ausência desta (analfabetismo) que contribui para o desconhecimento das respostas adequadas às suas necessidades; - Idosos pouco “preparados para a velhice” - Idosos que vivem em habitações precárias; - Falta de atividades para ocupação de tempos livres; - Famílias pouco sensibilizadas para o apoio ao idoso - Entende-se o ERPI como um “depositário de idosos”, descartando a família o seu papel de responsabilidade; - Excessivo número de idosos isolados com necessidade de apoio (proximidade) - Resistências dos idosos em sair do seu ambiente e admitir as suas limitações decorrentes da idade; - Renitência em partilhar espaços e expor a sua intimidade; - Falta de apoio para idosos durante a noite - Idosos em situação de dependência e isolamento - Más condições habitacionais - Custo elevado das respostas para os idosos não enquadradas nos protocolos;

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Família	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades da família em garantir as suas funções básicas - Dificuldades na conciliação da vida profissional e familiar - Dificuldades na gestão da vida doméstica e familiar, numa ótica de organização funcional e económica - Enfraquecimento das redes de sociabilidade e de solidariedade primárias - Fracas competências pessoais, sociais e parentais - Negligência familiar - Violência doméstica e de género - Existência de elemento(s) do agregado com deficiência na família; 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos salários/rendimentos provenientes de trabalho precário ou baixas prestações sociais e ausência de resposta ao nível da inserção; - Dependência de subsídios ou prestações sociais que se traduz na falta de motivação e hábitos de trabalho (os crónicos); - Elevada taxa de pobreza Pobreza “envergonhada”/”escondida” - Crescente endividamento das famílias - conjuntura económica - Dificuldade na gestão dos recursos dos agregados familiares, nomeadamente dos agregados familiares mais jovens (gestão desadequada do orçamento familiar e renitentes a intervenção neste campo); - Degradação e tipologia pouco adequada da habitação a dimensão do agregado familiar (definição de espaços e organização funcional do agregado familiar); - Questões de índole sócio-cultural que condiciona a vivência e a definição das prioridades e do agregado familiar - Pouca eficácia das medidas de atribuição de subsídios; - Instabilidade da estrutura familiar alargada; - Dificuldade de inserção profissional e défice de recursos económicos - Condições económicas precárias dos agregados familiares (desemprego, dificuldade no acesso ao crédito, crescente endividamento das famílias, etc.) - Dificuldade em proporcionar um acompanhamento institucional sistematizado, integrado e atempado às famílias; - Problemas ao nível da higiene pessoal e habitacional; - Problemas de saúde do foro psicológico/psiquiátrico; - Não reconhecimento dos problemas, acomodação e falta de proatividade (à espera que os serviços respondam a todas as suas necessidades) - Reprodução acrítica dos modelos de gestão familiar das gerações anteriores (ciclo vicioso – pobreza geracional com reprodução de modelos); - Consumo abusivo de substâncias aditivas, nomeadamente álcool e substâncias ilícitas; - Violência doméstica;

Habitação

A habitação é considerada uma dimensão fundamental nas políticas sociais, pois afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas e a sua inclusão na sociedade. Uma boa habitação proporciona segurança, conforto e bem-estar, além de ser uma componente importante na formação de comunidades saudáveis e coesas. As políticas habitacionais constituem, também, importantes instrumentos de combate à exclusão social e à pobreza, uma vez que muitas famílias com baixo rendimento enfrentam dificuldades para adquirir ou manter uma habitação adequada.

Têm-se vindo a assistir a uma diminuição significativa da população no concelho, essa tendência resultou num aumento do número de alojamentos de residência secundária ou vagos.

Alojamentos (N.º) por forma de ocupação segundo os Censos, no concelho, (2021)

	De residência habitual	De residência secundária - uso sazonal	Vagos- Para venda ou arrendamento	Vagos- Outros casos	Total
Portalegre	9 553	2 544	1 316	1 236	14 649

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Quanto à forma de ocupação, a maior parte dos alojamentos são de residência habitual 9 553, como residência secundária – uso sazonal - são 2 544 e 2 552 dos alojamentos estão vagos. No entanto, importa ressaltar que do total de 14 649 alojamentos, apenas 9 553 constituem residência habitual, reforçando assim a tendência da configuração do parque habitacional, o despovoamento da região tem provocado uma abundância de casas vagas disponíveis para venda, arrendamento ou devolutas excedendo largamente a média nacional. Esta mudança traz consigo tanto desafios como oportunidades. Por um lado, pode levar ao abandono de propriedades, deterioração da infraestrutura e a perda de património cultural e histórico. Por outro lado, pode igualmente, constituir uma oportunidade de atração para quem procura uma opção de estilo de vida residindo fora dos grandes centros urbanos.

Alojamentos (N.º) de residência habitual segundo os Censos, no concelho (2001, 2011, 2021)

	N.º de alojamentos de residência habitual			Ocupados por (2021)	
	2001	2011	2021	Proprietários (%)	Não proprietários (%)
Portalegre	9 680	10 111	9 553	68,3	31,7

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

Analisando de forma mais pormenorizada a situação dos alojamentos que constituem residência habitual dos seus ocupantes, é possível confirmar que a tendência para a diminuição deste tipo de alojamento tem acelerado na última década. Em Portalegre a maioria (68,3%) dos alojamentos são ocupados pelos seus proprietários. Esta é, aliás, uma tendência generalizada em Portugal que tem uma das maiores taxas de propriedade de

habitação na Europa, com cerca de 70% das famílias a possuírem a sua própria casa. Isso reflete uma cultura forte de investimento imobiliário e uma tradição de propriedade da casa própria como forma de poupança e segurança financeira.

Os encargos financeiros com a prestação da casa constituem um dos fatores de vulnerabilidade das famílias para fazer face a situações de crise financeira.

Situação Atual do Mercado de habitação

No âmbito da Estratégia Local de Habitação do concelho e Portalegre, não existe oferta suficiente de arrendamento a preços adequados aos rendimentos dos habitantes do concelho.

Os valores das rendas variam entre 350 € e 400 € por mês para um apartamento T2 e entre 250 € e 300 € para um T1.

Relativamente ao mercado de aquisição, também não existe oferta suficiente, sendo que a procura incide fundamentalmente na tipologia T3, com preços da ordem dos 150.000 € (um valor significativamente mais elevado do que aquele que se verifica em Castelo Branco, por exemplo).

Atualmente está em fase de construção, apenas um bloco de 12 apartamentos T3 com preços que variam entre os 135.000 € e os 170.000 €.

No mercado usado, no Bairro dos Assentos é possível adquirir apartamentos por 50.000 € mas com necessidade de obras. Estes apartamentos estão a ser procurados por investidores para arrendamento.

No centro da cidade, as ofertas são escassas em prédios de construção recente, sendo que no núcleo histórico existem muitas habitações em venda, mas com grande necessidade de obras.

Os valores pedidos pelo mercado situam-se entre os 20.000 € e os 40.000 €, mas as obras apresentam exigências em termos de projeto e materiais que acrescem à dificuldade inerente à realização de obras naquele local e naqueles edifícios.

De acordo com os dados de uma consultora imobiliária (Imovendo) um T2 na cidade de Portalegre apresenta um custo médio de 73.784 €, sendo que a carteira imobiliária de apartamentos no distrito, 52,6% apresenta um custo de 750 € por metro quadrado.

O preço médio de venda situar-se-ia na ordem dos 115.000 €, para apartamentos novos.

Parque Habitacional do Município

O Município de Portalegre dispõe de 413 fogos arrendados e 24 casas devolutas que podem ser reabilitadas e destinadas a arrendamento social.

Das habitações arrendadas foram identificados 27 fogos com necessidades de intervenção de reabilitação.

Zona	Fogos CM Portalegre
Bairro dos Assentos	325
Bairro do Atalaião	19
Bairro do Outeiro da Forca	45
Núcleo Histórico	43
Outros (Quinta da Cerca e Bonfim)	7

Ao longo dos últimos anos tem sido política do Município de Portalegre proceder ao realojamento de famílias carenciadas em áreas urbanas consolidadas, em particular do seu Núcleo Histórico, promovendo a reabilitação do edificado existente, em detrimento da construção de novos blocos habitacionais em áreas periféricas da cidade.

Este modelo de realojamento tem permitido, progressivamente, melhorar o ambiente urbano, promover o repovoamento do “coração” da Cidade e contribuir para a inclusão e integração social, das famílias beneficiárias. Contudo e apesar dos esforços desenvolvidos existe, ainda, uma lista de espera considerável, pelo que, foram adquiridas várias habitações, no Núcleo Histórico, que carecem de obras de recuperação integral, destinadas a realojamento, comercial e/ou serviços.

Por outro lado, existem na periferia da cidade dois bairros – Atalaião e Assentos, com mais de trinta anos de idade, onde reside grande parte da população da sede do concelho, os quais carecem de uma intervenção integrada de regeneração urbana, quer ao nível do espaço público quer do edificado. Refira-se que, as frações propriedade do Município, nunca foram objeto de qualquer intervenção estruturante, apresentando um elevado estado de degradação e não garantindo as condições mínimas de habitabilidade e segurança.

Por sua vez, no Bairro do Outeiro da Forca, de construção relativamente recente, há a necessidade de promover algumas intervenções ao nível das áreas comuns dos edifícios e dos espaços exteriores.

Na Quinta da Cerca, o Município possui dois edifícios, onde residem duas famílias com parques rendimentos, encontrando-se as habitações degradadas e em muito mau estado de conservação.

Por sua vez, no Núcleo Histórico – entre o Largo da Sé e a Rua 1º de Maio, o Município é proprietário de 3 edifícios, em elevado estado de degradação que, em conformidade com o Plano de Pormenor da Rua 1º de Maio irão ser demolidos.

O incentivo e apoio na constituição de condomínios tem sido uma preocupação, para uma melhor gestão do parque habitacional municipal, com o objetivo de preservar e conservar as habitações, responsabilizando os inquilinos e proprietários para a manutenção das partes comuns.

Apesar da preocupação em colmatar as carências habitacionais e sociais das famílias não tem sido possível satisfazer todos os pedidos de habitação, sendo um dos indicativos de que são insuficientes o n.º de fogos de habitação em regime de arrendamento apoiado.

Os concursos de atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado realizados nos últimos anos, permitem identificar e quantificar as necessidades da população residente em termos de alojamento.

Da apreciação global retira-se que o principal problema é o económico, com uma percentagem significativa dos pedidos indicarem dificuldades no pagamento de rendas ao valor do mercado de Portalegre, verificando-se situações de rendas em atraso e a permanência em habitações sem as condições mínimas.

Na cidade de Portalegre têm vindo a instalar-se migrantes oriundos principalmente da Ásia e de África que residem em alojamentos temporários, ou sem quaisquer condições e em sobrelotação, que trabalham nas unidades industriais do Concelho.

A fixação destes trabalhadores e das suas famílias pode constituir um elemento fundamental do desenvolvimento da cidade, sendo fundamental a disponibilização de alojamento adequado e a custos acessíveis para que isso aconteça.

No âmbito da Estratégia Local de Habitação de Portalegre foram definidos quatro eixos de intervenção prioritária:

1. Resposta abrangente às carências habitacionais das populações mais desfavorecidas
2. Promover a reabilitação do parque habitacional nas áreas urbanas mais degradadas
3. Atrair e fixar residentes nos núcleos urbanos da cidade e das aldeias
4. Animar e recuperar a centralidade dos núcleos históricos

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Desfasamentos dos encargos habitacionais face aos rendimentos da população - Especulação imobiliária - Existência de barreiras arquitetónicas nas habitações - Habitações devolutas - Habitações sobrelotadas - Inexistência/insuficiente equipamento/mobiliário doméstico - Insuficientes/inexistentes incentivos à habitação para a fixação da população - Parque habitacional degradado 	<ul style="list-style-type: none"> - Famílias com insuficiência de rendimentos para compra ou arrendamento privado; - Existência de habitação no mercado de arrendamento que não dá resposta às necessidades devido à elevada especulação imobiliária; Facto que se reflete num maior número de pedidos de habitação social; - Insuficiente n.º de fogos de habitação de arrendamento apoiado “habitação social” para responder às solicitações; - Verificam-se algumas situações de barreiras arquitetónicas no Bairro dos Assentos que dificultam a mobilidade das pessoas idosas e portadoras de deficiência motora; - Existência de habitações devolutas e degradadas principalmente no centro histórico por motivos de degradação e falhas na legislação em vigor para obrigar à remodelação por parte dos proprietários; - Por carências económicas e necessidades alguns agregados mais jovens vivem com os pais ou outros familiares, fazendo com que algumas habitações se encontrem sobrelotadas; - Procura de mobiliário doméstico por parte de algumas situações em rutura familiar; - Falta de incentivos à população jovem; Insuficientes cooperativas que possibilitem habitação a custos controlados, o que se reflete na procura e no acréscimo de pedidos de habitação social; - Insuficientes medidas de apoio ao arrendamento de iniciativa municipal - Existência de casas degradadas no centro histórico da cidade;

EDUCAÇÃO

Nível de Instrução

Relativamente ao nível de ensino atingido pela população, o qual contempla os indivíduos que tenham concluído um qualquer nível de ensino, verifica-se que o Concelho Portalegre não progrediu na última década na maioria dos níveis de escolaridade. Comparativamente aos Censos 2011 observa-se apenas um avanço no que diz respeito ao secundário. Registou-se também uma regressão no ensino básico, nomeadamente no 1.º e 2.º ciclo, sendo que em 2011 possuíam este nível de instrução 12 992 indivíduos. Em 2021 passaram a possuir 9 546. A população que possuía o ensino pós-secundário registou um ligeiro decréscimo. No nível de instrução relativo ao ensino secundário registou-se o maior avanço, passando de 4 050 em 2011 para 4 452 em 2021. No ensino superior verifica-se um aumento muito significativo de 2001 para 2011 mas um decréscimo ligeiro até 2021. Sem qualquer nível de instrução foram registados 1 332 indivíduos em 2021.

Conclui-se portanto que a maior parte da população de Portalegre possui algum nível de instrução (89,6%).

População residente com 15 e mais anos (N.º) segundo os Censos por nível de escolaridade completo mais elevado no concelho (2001, 2011, 2021)

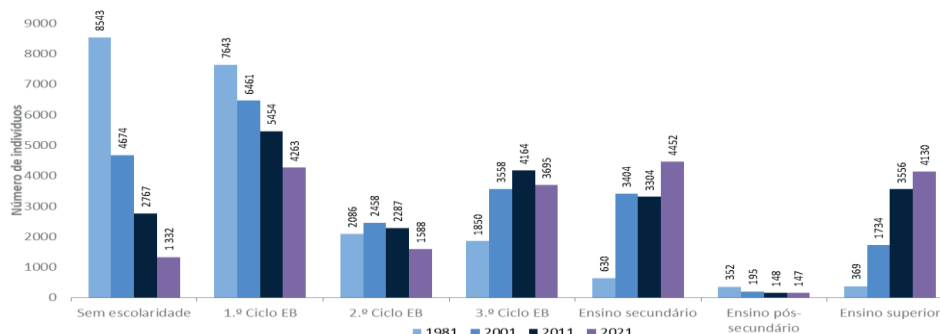
	Sem escolaridade de	Básico			Secundário	Pós Secundário *	Superior
		1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo			
2001	3 912	6 027	1 597	1 178	2 003	195	1 604
2011	2 584	6 988	2 115	3 889	4 050	163	4 515
2021	1 332	4 263	1 588	3 695	4 452	147	4130

Fonte: Pordata (INE - Recenseamentos Gerais da População)

* O ensino pós-secundário é um nível de ensino para qualificação profissional que se situa entre o secundário e o superior, como é o caso do curso de especialização tecnológica. O ensino pós-secundário equivale ao ISCED 4 da Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE ou ISCED em inglês). Esta classificação da UNESCO permite comparar níveis de educação de países com diferentes sistemas de ensino.

Uma análise à informação apresentada no gráfico em baixo permite verificar a evolução das qualificações académicas da população residente no concelho de Portalegre desde o ano 1981 até ao ano 2021. Salienta-se nesta evolução uma diminuição acentuada do número de indivíduos sem qualquer nível de escolaridade ao longo deste período. O número de indivíduos com o 1.º ciclo do ensino básico e com o 2.º ciclo do ensino básico também sofreu ligeiras alterações, diminuindo em 2021 quando comparado com valores do ano 2011. Por outro lado, o 3.º ciclo do ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior são os níveis de escolaridade que apresentam, em 2021, um número de indivíduos bastante superior ao verificado em 1981. Embora o 2.º ciclo o 3.º ciclo e o secundário tenham sofrido ligeiras alterações ao longo do período 1981 – 2021, verifica-se que o número de indivíduos tem vindo a aumentar sistematicamente.

População residente com 15 e mais anos segundo os censos (N.º) no concelho de Portalegre por nível de escolaridade completo mais elevado (1981, 2001, 2011 e 2021)

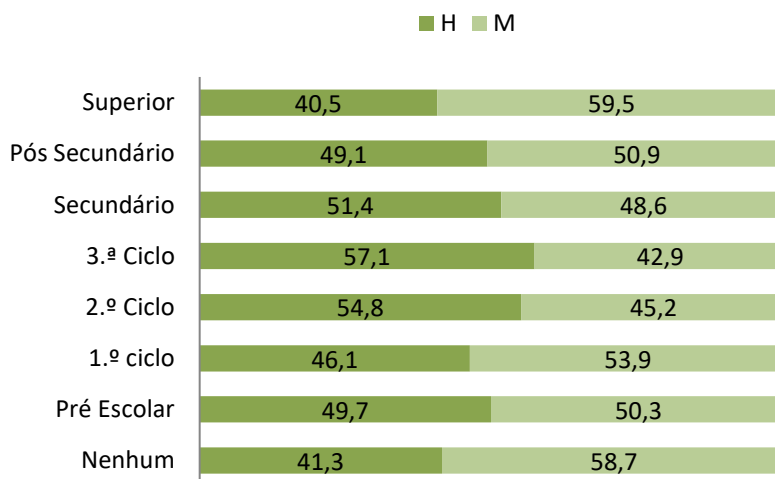


Fonte: INE, (Recenseamentos Gerais da População)

Com base nos dados anteriormente apresentados, é possível separar o nível de instrução completo da população segundo o sexo.

Quando se considera o número de indivíduos da população residente no concelho de Portalegre de acordo com o nível de escolaridade mais elevado completo, distinguindo homens (+) e mulheres (0), verifica-se que existe um maior número de mulheres do que homens sem qualquer nível de escolaridade e com o ensino superior.

Distribuição da População residente, segundo o nível de instrução e o sexo, em 2011/2021



Fonte: INE, (Recenseamentos Gerais da População)

Podemos observar que as qualificações mais elevadas se verificam nas mulheres. Do total da população que possui o ensino superior completo, cerca de 60% são mulheres. No caso do ensino pós secundário, no 2º e 3º ciclo a percentagens de homens é superior à das mulheres. Sem qualquer nível de ensino, 1.º Ciclo e ensino superior a percentagem de mulheres é superior à dos homens.

Taxa de Analfabetismo %

1991	16,1
2001	12,7
2011	7,6
2021	4,5

Fonte: INE (Recenseamento da População e Habitação)

Em relação à população analfabeta pode afirmar-se que esta está em regressão, porquanto se verificou uma diminuição acentuada no número de analfabetos. A Taxa de Analfabetismo, em 2001, situava-se nos quase 13%, e em 2011 decresceu com algum significado, e em 2021 teve um decréscimo muito significativo, embora o valor registado em 2021 seja ainda superior ao valor registado em Portugal (5,2%).

Um aspeto merecedor de análise diz respeito à taxa de retenção e desistência verificada na população estudantil do concelho de Portalegre.

De acordo com a informação apresentada no quadro em baixo, verifica-se que é no ensino secundário que mais jovens ficam retidos e/ou desistem de continuar o seu percurso académico. O valor da taxa registado neste nível de ensino, no concelho de Portalegre, embora seja inferior ao valor da taxa registado a nível regional e a nível nacional, é superior ao valor da taxa referente à população da sub-região do Alto Alentejo. Os três ciclos do ensino básico apresentam taxas de retenção e desistência mais baixas e inferiores aos valores registados nas três dimensões geográficas, sub-regional, regional e nacional.

Taxa de retenção e desistência (%) no ensino básico e no ensino secundário no concelho, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2021)

	1.º Ciclo EB	2.º Ciclo EB	3.º Ciclo EB	Ensino secundário
Portalegre	1,3	1,5	3,7	7,4
Alto Alentejo	3,8	5,2	7,3	6,7
Alentejo	3,6	4,5	5,8	8,3
Portugal	2,1	3,3	4,3	8,3

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

Taxa de retenção: Situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra.

Taxa de desistência: Situação que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formandos da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo. Notas: inclui-se o abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas.

Estabelecimentos de Ensino

O quadro em baixo apresenta o número de estabelecimentos de ensino sedeados no concelho de Portalegre em 2011 e em 2021. O número de estabelecimentos de ensino, no concelho, manteve-se de 2011 para 2021 no 2.º ciclo, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. Contudo, a educação pré-escolar e o ensino do 1.º ciclo do ensino básico perderam estabelecimentos de ensino de 2011 para 2021. As crianças do concelho tinham à sua disposição, em 2021, dezasseis estabelecimentos de educação pré-escolar, dez estabelecimentos de ensino onde podem frequentar o 1.º ciclo, dois estabelecimentos onde podem realizar o 2.º ciclo do ensino básico e três estabelecimentos com oferta do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário.

Estabelecimentos (N.º) no ensino pré-escolar, básico e secundário no concelho, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2011, 2021)

	Educação Pré-		1.º Ciclo EB		2.º Ciclo EB		3.º Ciclo EB		Ensino secundário	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portalegre	19	16	13	10	2	2	3	3	3	3
Alto Alentejo	92	82	73	56	21	20	25	22	15	13
Alentejo	546	465	458	364	99	96	136	127	77	73
Portugal	6 812	5 774	5 221	4 057	1 170	1 180	1 516	1 440	937	967

Fonte: Pordata (DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar)

No que diz respeito a instituições de ensino superior destaca-se a existência, no distrito de Portalegre, de uma única instituição pública de ensino superior, o Instituto Politécnico de Portalegre, que contempla quatro escolas superiores sedeadas na cidade de Portalegre, (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde) e uma escola superior sedeadada na cidade de Elvas (Escola Superior Agrária de Elvas).

Estabelecimentos de Ensino Pré-escolar

No concelho de Portalegre existem 16 equipamentos de educação pré-escolar, dos quais 10 são públicos e 6 estão incorporados em Instituições Privadas de Solidariedade Social.

Os 9 equipamentos públicos de educação pré-escolar estão subordinados a 2 organismos públicos: do Ministério da Educação, do qual depende a vertente pedagógica dos mesmos, e da Câmara Municipal de Portalegre, que assegura a gestão e manutenção dos equipamentos e a presença de recursos humanos não docentes.

Estes 2 organismos articulam-se, nomeadamente através da atribuição de comparticipações à autarquia, no sentido desta garantir os serviços de Apoio à Família.

O funcionamento e financiamento dos estabelecimentos pré-escolares privados são da exclusiva responsabilidade das várias IPSS's concelhias onde estão inseridos, apenas se registando financiamento por parte do Ministério da Segurança Social mediante acordos de cooperação. Deste ponto de vista estes equipamentos acumulam as funções sociais e educativas.

Estabelecimentos de Educação Pré-escolar Públicos

Os 9 equipamentos pré-escolares funcionam nos edifícios das Escolas Básicas do 1º Ciclo existentes nas freguesias do concelho, com exceção do JI da Vargem, sediado na localidade de Vargem noutro espaço físico, distribuindo-se por 2 Agrupamentos de Escola o **Agrupamento de Escolas José Régio** e o **Agrupamento de Escolas do Bonfim**, que abrangem os equipamentos das respetivas freguesias, como se pode ver no quadro.

Distribuição por agrupamentos de escolas, dos equipamentos públicos de educação pré-escolar, n.º de alunos - ano - letivo 2024/2025

Agrupamento	Jardim de Infância	N.º de Alunos
Agrupamento De Escolas José Régio	JI de Alegrete	7
	JI de Assentos	59
	JI de Reguengo	14
	JI de Urra	16
	JI Atalaião	40
	Total (Agrupamento)	136
Agrupamento de Escolas do Bonfim	JI Fortios	25
	JI Vargem	13
	JI Corredoura	48
	JI Praceta	90
	Total (Agrupamento)	176
Total (Concelho)		312

Fonte: Agrupamentos de Escolas ano letivo 2024/2025

Estabelecimentos de educação Pré-escolar privados

São 6 as Instituições Particulares de Solidariedade Social com estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho.

No concelho, 236 crianças frequentam estas instituições, que têm, no seu conjunto, capacidade para 263 utentes com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade. A diferença entre a capacidade e a frequência real dos equipamentos pré-escolares privados resulta em 27 lugares disponíveis no concelho. Uma análise mais apurada permite perceber que existem algumas instituições com lugares vagos e outras apresentam uma taxa de ocupação igual à sua capacidade.

Capacidade e frequência dos Estabelecimentos de educação Pré-escolar privados do concelho, ano letivo 2024/2025

	Capacidade	Frequência real (09/2024)
Associação dos Amigos da Terceira Idade dos Fortios	22	21
Centro Social Infantil "O Girassol"	39	37
Centro Social Infantil de S. Cristóvão	48	34
Centro de Bem Estar Social da Urra	20	20
Centro Social Diocesano de Sto António	69	59
Obra de Santa Zita	65	65
Total	263	236

Fonte: CDSS Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre

Estabelecimentos de educação do Ensino Básico e Secundário

No concelho existem 10 Escolas do ensino básico do 1.º ciclo, sendo que todos pertencem à rede pública. Ao nível do ensino básico do 2.º, 3.º ciclo e secundário, as 5 escolas existentes pertencem à rede pública, uma das quais ministrando o 2.º e 3.º ciclos, uma apenas o 2.º ciclo, e duas o 3.º ciclo e o ensino secundário.

Distribuição por agrupamentos de escolas, das Escolas Básicas do 1º Ciclo, n.º de alunos - letivo 2024/2025

Agrupamento	Escola	N.º de Alunos
Agrupamento De Escolas José Régio	EB1 Alegrete	20
	EB1 Atalaião	124
	EB1 Assentos	138
	EB1 Reguengo	28
	EB1 Caia	33
	EB1 Urra	27
Agrupamento de Escolas do Bonfim	Total (Agrupamento)	370
	EB1 Praceta	165
	EB1 Corredoura	163
	EB1 Fortios	73
	EB1 Monte Carvalho	40
	Total (Agrupamento)	441
Total (Concelho)		811

Fonte: Agrupamentos de Escolas 2024/2025

Uma 1ª leitura do quadro revela que, em termos globais, cerca de 811 crianças residentes em Portalegre, estão matriculadas no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Estabelecimentos de Educação do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário

No concelho de Portalegre registam-se 3 estabelecimentos de ensino onde são lecionados os conteúdos programáticos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico: a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos José Régio, a Escola Básica do 2º Ciclo Cristóvão Falcão e a Escola Secundária de S. Lourenço. O 3º ciclo do ensino básico igualmente ministrado na Escola Secundária Mouzinho da Silveira e Escola Secundária de S. Lourenço.

Número de alunos matriculados no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, no ano letivo 2024/2025

		2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	TOTAL
		N.º de alunos/as	N.º de alunos/as	
Agrupamento de Escolas José Régio	Escola Básica 2, 3 José Régio	186	219	411
	P.I.E.F – Programa Integrado de Educação e Formação	---	6	
Agrupamento de Escolas do Bonfim Portalegre		240	332	572
Escola Secundária de S. Lourenço		---	115	115
TOTAL		426	672	1098

Fonte: Agrupamentos de Escolas 2024/2025

Estabelecimentos de Ensino Secundário

N.º de alunos, nos estabelecimentos de ensino secundário, no ano letivo 2024/2025

	Escola Secundária Mouzinho da Silveira	Escola Secundária de S. Lourenço
<u>Cursos Diurnos</u>	Ensino Regular = 469 Ensino Profissional = 116 585	Ensino Regular Ensino Profissional 370
<u>Cursos Noturnos</u> EFA – Educação e Formação de Adultos	---	48
TOTAL	585	418

Fonte: Agrupamentos de Escolas 2024/2025

Projetos de Apoio

Os G.A.A.F - **Gabinets de Apoio ao Aluno e à Família** dos Agrupamentos de Escolas surgiram devido ao contexto socioeconómico de alguns agregados familiares.

Os GAAF são constituídos por equipas multidisciplinares (animadores, técnicas de Serviço Social e Psicólogas/os) e pretendem apoiar os alunos e encarregados de educação na resolução de problemas quotidianos.

Têm como objetivos:

- Promover condições psicopedagógicas que contribuam para a consolidação do sucesso escolar e pessoal da Criança/jovem
- Diminuir situações de risco, como o abandono escolar, absentismo escolar, violência escolar, situações que coloquem em causa a integridade física emocional da Criança/jovem
- Promover a inter-relação entre os diversos intervenientes: Família/Escola/Comunidade

Estabelecimentos de Ensino Superior

No que diz respeito a instituições de ensino superior destaca-se a existência, no distrito de Portalegre, de uma única instituição pública de ensino superior, o Instituto Politécnico de Portalegre, que contempla três escolas superiores sedeadas na cidade de Portalegre (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Saúde) e uma escola superior sedeadada no concelho de Elvas (Escola Superior Agrária de Elvas).

Nas suas quatro Escolas, o IPP oferece vários cursos de licenciatura e de mestrado, bem como pós-graduações e cursos de especialização tecnológica.

O Instituto Politécnico de Portalegre tem como uma das suas grandes preocupações o desenvolvimento regional, tendo uma forte relação com a comunidade envolvente. Por outro lado, preocupa-se em acompanhar a inserção profissional dos seus alunos, criando condições para a sua fixação na região. Apesar desta forte aposta regional, o IPP não descarta o intercâmbio e as relações externas nacionais e internacionais.

Neste sentido, projetos como o GII (Gabinete de Investigação e Inovação), o qual congrega a gestão das unidades de investigação: VALORIZA; CARE e CIEQV, o Centro de Línguas e Culturas (CLIC), o Gabinete de Empreendedorismo, as Relações Externas e Cooperação e o Gabinete *Europe Direct*, são apostas fortes e consolidadas de unidades de intervenção do Instituto Politécnico de Portalegre.

De forma coerente com as suas preocupações e princípios, o IPP vai criando condições cada vez mais sustentáveis de apoio à comunidade, favorecendo a prática do voluntariado de alunos e colaboradores, bem como criando condições para fazer frente a situações internas de emergência social, nomeadamente desenvolvendo o Gabinete de Apoio Psicopedagógico, que possui um conjunto alargado de programas de trabalho e de intervenção.

Considerando todos os regimes de acesso, segundo o relatório de atividades 2022, ingressaram em todos os cursos Politécnico de Portalegre, no ano letivo 2022/2023, 1079 alunos.

Nos cursos de licenciatura ingressaram 666 alunos (406 pelo CNA, 233 de concursos locais provenientes dos regimes de mudança de par/instituição/curso, maiores de 23 anos, titulares de curso superior, titulares de um curso de especialização tecnológica ou de um curso técnico superior profissional, diplomados das vias profissionalizantes, regimes especiais Palop e estudante internacional)

No ano 2022, para além dos alunos 666 alunos que ingressaram nos cursos de licenciatura, registaram-se ingressos nos cursos técnicos superiores profissionais - 140 alunos, nos cursos de mestrado, a funcionar nas escolas do Instituto - 202 alunos, no curso de Pós-graduação - 128, estudantes extraordinários - 8, estudantes em micro-credenciais - 20 e estudantes em programas de mobilidade 40.

Os alunos inscritos, na oferta formativa do Politécnico de Portalegre, em 2022-2023 em 31 de dezembro de 2022 distribuem-se por 16 CTesP, 16 Licenciaturas, 4 Pós-graduação, 1 Mico-credencial e 13 Mestrados.

Nº de inscritos, por oferta formativa, em 31 dezembro 2022

Tipo de Formação	Nº de Inscritos
Curso Técnico Superior Profissional	301
Erasmus e Protocolos	40
Especialização pós-licenciatura	128
Externos	8
Licenciatura 1º Ciclo	1968
Mestrado 2º ciclo	352
Microcredencial	20
TOTAL	2820

Fonte: www.ipp.pt relatório de atividades 2022

Registam-se, conforme tabela, 2820 alunos inscritos nos diferentes níveis de formação superior nos cursos a funcionar nas escolas do Politécnico de Portalegre.

Outras Estruturas Formativas

Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre

A Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre nasceu em 12 de dezembro de 2008 e integra a rede de Escolas do Turismo de Portugal.

A Escola centra a sua ação na formação nas seguintes áreas e cursos:

Cursos de Especialização Tecnológica - Acesso com o 12º Ano

- Gestão de Restauração e Bebidas
- Gestão e Produção de Cozinha
- Gestão e Produção de Pastelaria

Cursos On-The-Job - Acesso com o 11º ou 12º Ano

- Técnicas de Serviço de Restauração e Bebidas
- Técnicas de Cozinha/Pastelaria

Cursos Profissionais - Acesso com o 9º Ano

- Técnico/a de Cozinha/Pastelaria
- Técnico/a de Restaurante/Bar

Formação Executiva:

- HACCP
- Housekeeping
- Português Técnico
- Bebidas de Cafeteria

CEFOSAP - Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional é um Centro de Formação Profissional de Gestão Participada, criado por Protocolo outorgado pelo IEFP e pela UGT

O **CQEP - Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional** do CEFOSAP atua de modo integrado e coordenado no território continental português, constituindo-se como um interface com as demais respostas disponíveis no Sistema Nacional de Qualificações e procura assegurar a prestação de um serviço de qualidade, com rigor e profissionalismo, no domínio da orientação e da informação sobre ofertas escolares, profissionais ou de dupla certificação e no domínio do desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências - RVCC, nas opções profissional ou dupla certificação (escolar e profissional).

Os destinatários do CQEP são **jovens** com idade igual ou superior a 15 anos ou a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico e **adultos** com idade igual ou superior a 18 anos, interessados em certificar as suas competências escolares e profissionais.

A atividade do **CQEP - Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional** do CEFOSAP está centrada na Pessoa e na valorização da riqueza que cada Pessoa é, incentivando a descoberta de si e desse potencial próprio, único e composto das múltiplas experiências de vida, facilitando maiores níveis de autonomia e responsabilidade individual, sem esquecer o respeito e a valorização da diversidade que há no Outro, na comunidade de pertença e na sociedade em que cada indivíduo está integrado.

Assim, a missão do CQEP do CEFOSAP é ajudar cada Pessoa a descobrir que é uma Pessoa capaz, pelo que já sabe e faz e pelo muito mais que ainda pode aprender e fazer, proporcionando, a jovens e adultos, serviços de Informação, Orientação e Qualificação, para reforço de competências escolares e/ou profissionais.

Centro Qualifica - IEFP

No que concerne à caracterização da comunidade educativa do centro profissional, o Centro Qualifica, que desenvolve a sua atividade, desde 2017, através dos processos de RVCC, reconhecendo as competências adquiridas ao longo da vida, tendo certificado até à data cerca 450 adultos, por esta via, tanto ao nível da certificação escolar, bem como da certificação profissional, nas mais variadas saídas profissionais.

Neste Serviço de Formação existem várias secções devidamente equipadas, onde são desenvolvidas formações para jovens e adultos, desempregados e ativos empregados, dando resposta à qualificação dos utentes inscritos no Serviço de Emprego e ao tecido empresarial, numa ótica de qualificação e/ou reconversão profissional.

Áreas: Metalurgia e metalomecânica, Construção civil, eletricidade e energia, trabalho social e orientação, energias renováveis, hotelaria e restauração, cuidados de beleza (cabeleireiros e estética), confeção (costura), Jardinagem, Mecatrónica Automóvel.

Cada curso de formação contempla a inscrição de 15 a 20 formandos por percurso.

Destaca-se também o desenvolvimento de várias ações de Português Língua de Acolhimento destinadas à resposta e necessidade dos estrangeiros inscritos no Serviço de emprego enquanto desempregados e aos estrangeiros que desenvolvem atividade profissional no território, tendo sido integrados 130 formandos no ano de 2024.

ATIVIDADE ECONÓMICA

O tecido empresarial do concelho de Portalegre em 2021 era constituído maioritariamente por empresas de pequena e média dimensão, sendo reduzido o número de estabelecimentos com mais de 500 colaboradores. Na totalidade estavam empregados 3 589 colaboradores por conta de outrem, 3 082 em estabelecimentos de pequena e média dimensão e 507 em estabelecimentos com mais de 500 colaboradores.

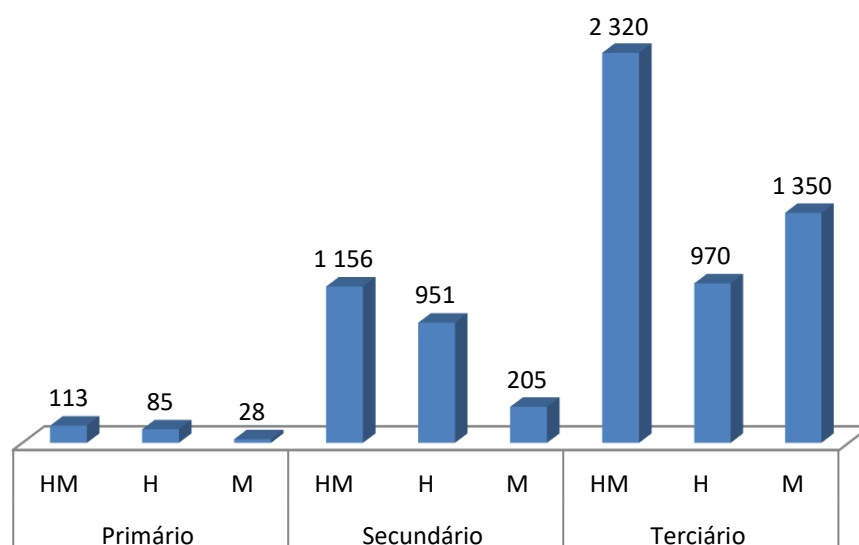
Assim os estabelecimentos de pequena e média dimensão empregavam no concelho 86% dos colaboradores e os estabelecimentos com 500 ou mais colaboradores empregavam apenas 14%.

Total	Escala de pessoal						
	1 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 e mais
3 589	1 054	395	529	365	449	290	507

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2021

Os 3 589 colaboradores por conta de outrem em estabelecimentos no concelho dividem-se pelos três sectores de atividade. O sector Terciário continua a predominar com 2 320 trabalhadores por conta de outrem seguindo-se o sector secundário com 1 156 trabalhadores. Nem todos os sectores de atividade, os homens assumem maior representatividade, destacando-se o setor terciário em que as mulheres predominam.

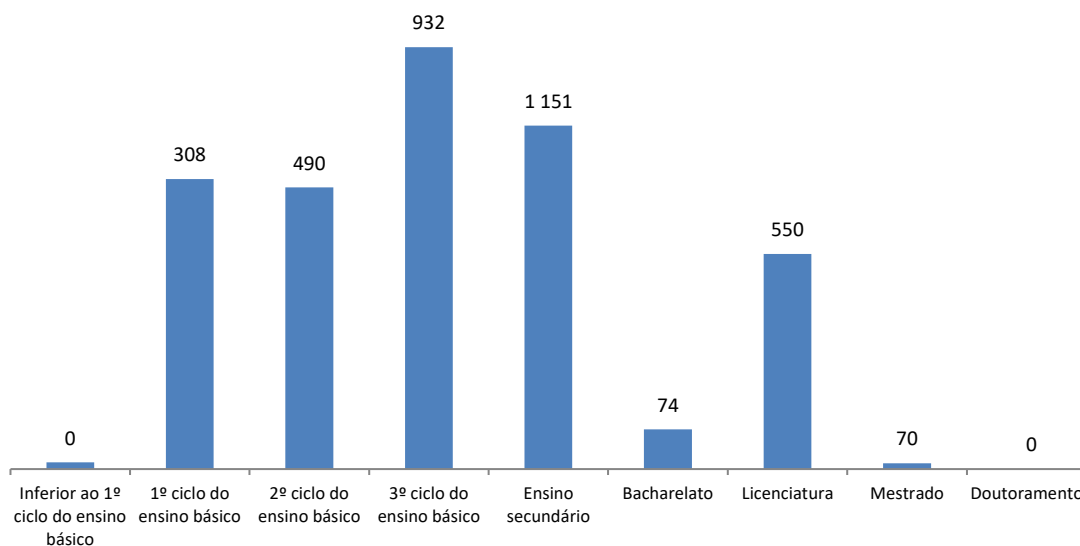
Trabalhadores por conta de outrem, segundo o sector de atividade, 2021



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População 2021)

Quanto ao nível de habilitações destes trabalhadores, predomina o ensino básico, seguido do ensino secundário e da licenciatura. Os outros níveis de ensino surgem com menor representatividade, como se pode verificar no gráfico seguinte.

Habilitações dos trabalhadores por conta de outrem, 2021



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População, 2021)

As tendências observadas representam uma mudança na estrutura da economia, com o aumento do setor de serviços em relação ao setor industrial e agrícola. Esta é uma tendência iniciada no século XX que se tem verificado nos países desenvolvidos impulsionada por uma série de fatores, como a urbanização ou a globalização da economia. Este setor dos serviços, em forte expansão, integra uma ampla gama de atividades económicas, como o comércio, o turismo, a saúde e a educação e tem sido um motor importante do crescimento económico local, regional e nacional.

POPULAÇÃO EMPREGADA NO CONCELHO

Como é possível verificar, Portalegre apresenta uma taxa de atividade menor em comparação com a realidade nacional. Estes valores representam a mão-de-obra disponível para trabalhar (incluindo trabalhadores, com 15 e mais anos, que estão empregados e desempregados) por cada 100 pessoas residentes. O envelhecimento da população no concelho tem um impacto negativo direto na taxa de atividade.

População ativa (N.º) segundo os Censos, nos concelhos, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021	Varição % (2001-2021)
Portalegre	12 056	11 480	9 948	-17,5
Alto Alentejo	53 610	50 477	44 053	-17,8
Alentejo	352 949	342 654	313 915	-11,1
Portugal	4 990 208	5 023 367	4 817 978	-3,5

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População)

A população feminina apresenta, em ambos os anos censitários, uma taxa de atividade inferior à dos homens. Em termos de evolução, a taxa de atividade das mulheres aumentou, desde 1991, 15 pontos percentuais.

Taxa de Atividade, por sexo, em 1991, 2001, 2011

	1991	2001	2011	2021
Masculino	52,8%	50,8%	48,31%	53%
Feminino	33,9%	42,2%	43,96	48,7%

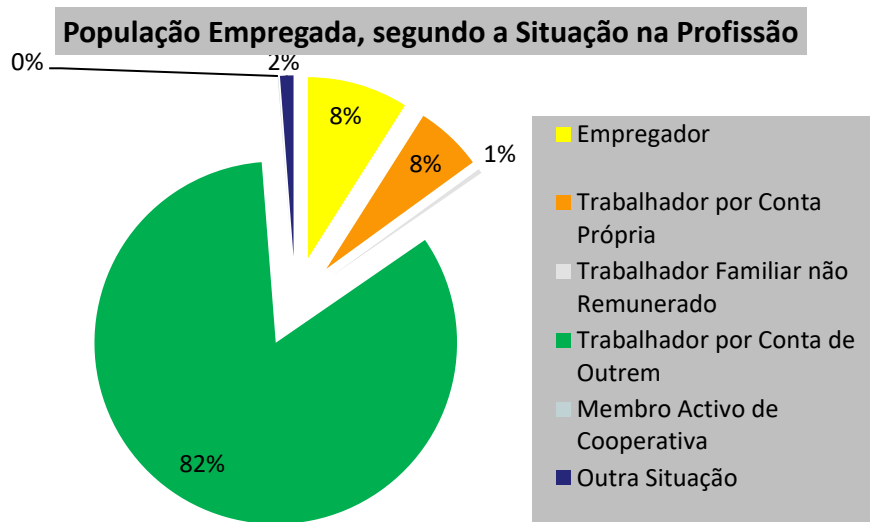
Percebe-se da análise ao quadro abaixo, uma diminuição acentuada da população ativa no concelho, nas últimas duas décadas, apresentando uma taxa de variação negativa de – 17,5%, entre 2011 e 2021.

População ativa (N.º) segundo os Censos, no concelho, (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021	Varição % (2001-2021)
Portalegre	12 056	11 480	9 948	-17,5

Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População, 2021)

A maioria da população empregada no concelho tem a sua situação profissional enquadrada na categoria de trabalhador por conta de outrem, representam 82% dos residentes empregados. Em 2º lugar encontramos os empregadores, mas com um valor mais baixo (8,2%), e o 3º grupo corresponde aos trabalhadores por conta própria (7,7%).



Fonte: Pordata (INE; Recenseamentos Gerais da População, 2021)

POPULAÇÃO DESEMPREGADA E DESEMPREGO NO CONCELHO

O desemprego é um importante indicador social, constituindo um dos principais fatores de exclusão e conseqüentemente de vulnerabilidade social. Devido aos processos de modernização económica e social, o mercado tem sofrido profundas transformações, provocando o crescente aumento de situações de desemprego e precaridade laboral. Estar desempregado significa não só estar privado da fonte de rendimento mas também é um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade e das relações interpessoais que advêm do emprego. Os indivíduos que se encontram desempregados são enquadrados numa situação de vulnerabilidade social aplicada ao mundo do trabalho.

O número médio de inscritos no centro de emprego no total da população sofreu, no concelho de Portalegre, algumas oscilações, situando-se em 2021 em 4,4% valor inferior ao do Alentejo, Alto Alentejo e Portugal.

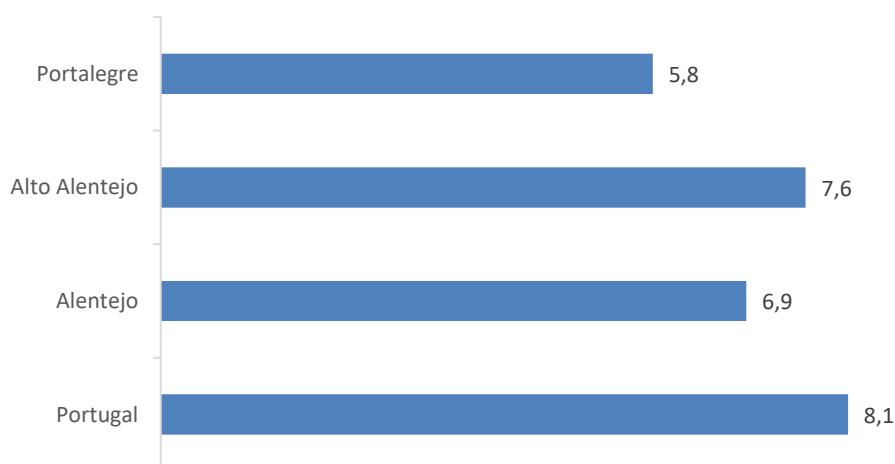
Desempregados (%) inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos, no concelho e na região do Alto Alentejo, no Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Portalegre	5,5	7,8	4,4
Alto Alentejo	6,2	8,7	6,3
Alentejo	6,4	7,3	5,3
Portugal	4,7	7,9	5,9

Fonte: INE, Recenseamento da População

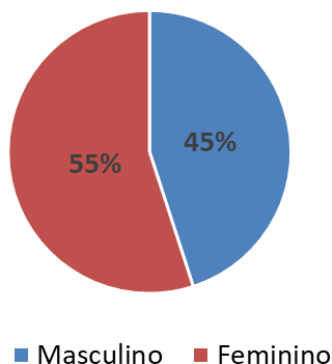
Em 2021, a **taxa de desemprego** no concelho de Portalegre fixava-se nos 5,8%, e afastando-se cerca de 2% das taxas registadas no Alto Alentejo e Alentejo e ainda mais da taxa nacional.

Taxa de desemprego, segundo os Censos, 2021



Fonte: INE, CENSOS 2021

População desempregada segundo os Censos2021, por sexo



Fonte: INE, CENSOS 2021

A percentagem da população desempregada tem repercussão direta na capacidade financeira das famílias limitando a capacidade de consumo e por vezes, condiciona o acesso à satisfação das necessidades básicas. Este é um fenómeno que atinge mais as mulheres que os homens.

Segundo os dados disponíveis no site do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Portalegre desceu significativamente, mais de 50%, na última década (em dezembro de 2014 registavam-se 1 044 e em agosto 2024, 509 desempregados).

Desemprego Registrado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego

Mês e Ano Civil	Género		Tempo de Inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
Dezembro 2014	478	566	563	481	115	929	1 044
Agosto 2024	251	258	354	155	59	450	509

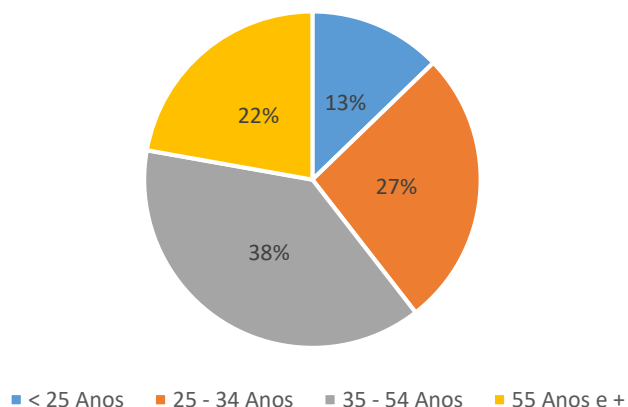
Fonte: www.iefp.pt

Pode-se verificar através da análise do quadro, que dos desempregados em Agosto 2024, a maioria está inscrita há menos de um ano, indicador que não era tão significativo há uma década atrás, pelo que podemos concluir que houve uma redução do desemprego de longa duração. Verifica-se também que do total de desempregados inscritos a maioria está à procura de novo emprego.

Da totalidade dos inscritos, o grupo etário onde se concentra a maior parte de desempregados é dos 35 aos 54 anos, seguindo-se o grupo etário dos 25-34 anos. É no grupo

etário com < 25 anos que se regista o menor número de desempregados. Os jovens são um grupo particularmente vulnerável, a longo prazo que, pela falta de qualificações, de experiência ou formação poderá ter mais dificuldades em termos de empregabilidade e integração social, que pode levar a problemas como pobreza, falta de perspetivas de futuro e dependência de apoio social.

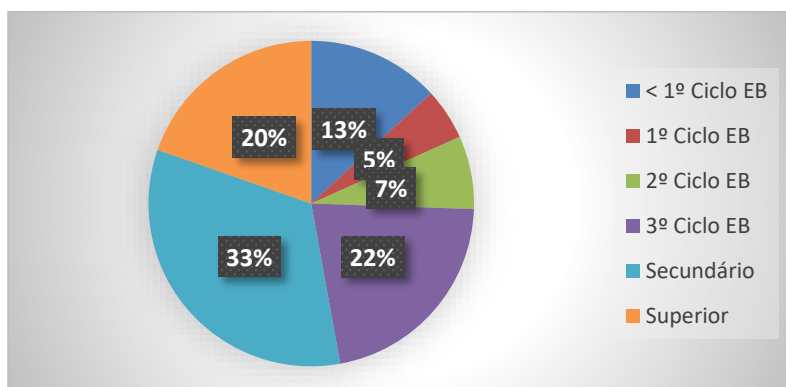
Desemprego em Portalegre, segundo o grupo etário, agosto 2024



Fonte: www.iefp.pt

As habilitações que caracterizam os desempregados portalegrenses em agosto de 2024 são ao nível do 3.º Ciclo e ensino secundário, cerca de 55% dos desempregados no concelho concluiu o 3.º ciclo do ensino básico e terminou o Ensino Secundário e 20% possuem habilitações superiores.

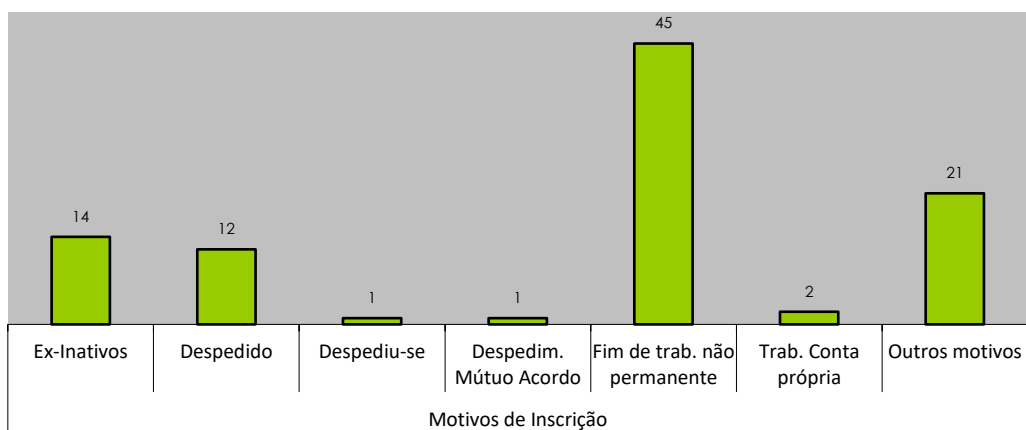
Desemprego registado no concelho, segundo os níveis de escolaridade, em agosto 2024



Fonte: www.iefp.pt

Quanto aos motivos de inscrição no Centro de Emprego, verifica-se que a maioria foi por terminus de trabalho não permanente e outros motivos. Também com alguma expressão, algumas situações estão relacionadas com ex inativos e despedimento.

**Desempregados Inscritos por motivos de inscrição, agosto 2024
(movimento ao longo do mês)**



Fonte: www.iefp.pt

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Formação/ Qualificação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Baixas Qualificações escolares e profissionais; - Desadequação da formação profissional ao posto de trabalho (pouco diversificados e apelativos); - Insuficiente informação sobre oferta formativa - Desinteresse do público feminino para novas áreas de formação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa escolaridade do grupo etário > 50 anos/baixas qualificações escolares; - Falta de qualificações para áreas específicas face às necessidades de emprego; - Desinteresse e desmotivação familiar sobre assuntos escolares e profissionais; - Falta de informação em relação aos cursos de formação e respetivas saídas profissionais; - Falta de articulação da escola – secundário – com o mercado de trabalho; - Falta motivação dos jovens face à formação e desenvolvimento profissional; - Crescente número de alunos migrantes que não falam a língua portuguesa nem têm a mesma equivalência escolar do país de origem;

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Economia Local/ Atividades Económicas	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência/insuficiência de condições/incentivos para a produção e investimento - Forte peso da economia informal - Fraca dinâmica das empresas; - Fraca sensibilização/ envolvimento do tecido empresarial na resolução das propostas - Fracas condições/ incentivos para o empreendedorismo - Fraco aproveitamento das potencialidades económicas/produativas locais - Fraco conhecimento/ articulação do tecido económico/empresarial local - Insuficiência/inexistência de serviços de proximidade - Insuficientes/inexistentes estratégias de marketing para a promoção do território 	<ul style="list-style-type: none"> - Alguma dependência ao incentivo a fundo perdido. Receios por parte de alguns em recorrer ao investimento; - Pouca consciência acerca do objetivo e pouca responsabilidade empresarial; - Falta de formação e sensibilização ao nível empresarial; - Fracos incentivos para a implementação e diversificação de empresas nos mais diversos ramos de atividade; - Turismo/produtos regionais - Estruturas de empregabilidade desajustadas de acordo com as necessidades de oferta/procura;

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Emprego/ Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> - Desadequação entre a oferta e a procura de emprego; - Desadequação entre expectativas profissionais e ofertas de emprego; - Sector industrial que tem vindo a reduzir o n.º de trabalhadores - Desemprego de Longa Duração; - Falta de criatividade e iniciativa para a criação do próprio emprego; - Desigualdades de Oportunidades/género no acesso à integração no mercado de trabalho; - Falta de oportunidades de emprego; - Oferta de emprego pouco qualificado; - Redução do sector empresarial - Trabalho precário; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desemprego; - Emprego precário; - Falta de locais de trabalho; - Falta de oportunidades de emprego; - Ausência de hábitos de trabalho; - Existência de um número significativo de ofertas que não são satisfeitas; - Desvalorização e/ou desmotivação para a aprendizagem formal - Inexistência de um levantamento de necessidades de formação das entidades empregadoras - Expectativas criadas a nível familiar e, por isso, as ofertas de emprego não correspondem às mais procuradas; - Dificuldade em dar resposta a pessoas com qualificação/habilitação superior; - Diminuição dos DLD ainda que residual, situação que se prende com os procedimentos atuais introduzidos pelo centro de Emprego, ou seja, não comparência quando convocados faz com que sejam passivados pelo sistema. Muitas situações estão relacionadas com baixas escolaridades e com a dificuldade de reconversão das pessoas com alguma idade e por não haver respostas a nível industrial; - Baixas qualificações profissionais e educacionais; - Deslocalização de empresas - Problemas familiares (incompatibilidade de horários com as atividades dos filhos); - Desajustamento de horários: laboral, de transportes, das escolas e respostas sociais - indisponibilidade de trabalhar noutras zonas da região ou país; - Insuficiente oferta formativa local (profissionalizante); - Défice de retaguarda da família alargada - Poucas ofertas, logo poucas colocações; - Falta de empresas específicas para empregabilidade do sector menos formado e com várias carências; - Sector industrial que tem vindo a reduzir o n.º de trabalhadores;

Os problemas diagnosticados e sua caracterização, remete para a necessidade de atuar:

- Ao nível do aumento das qualificações escolares e profissionais, quer dos/as jovens quer dos/as adultos/as, considerando a sua relação com o acesso ao mercado de trabalho;
- Ao nível da racionalização e articulação da oferta formativa/educativa com as necessidades do tecido económico empresarial;
- Na aposta no estímulo do empreendedorismo social;
- Na empregabilidade de grupos em situação de vulnerabilidade, jovens, adultos e pessoas portadoras de deficiência;
- Na fraca dinâmica das empresas e fraca sensibilização/ envolvimento do tecido empresarial na resolução de propostas de intervenção;

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

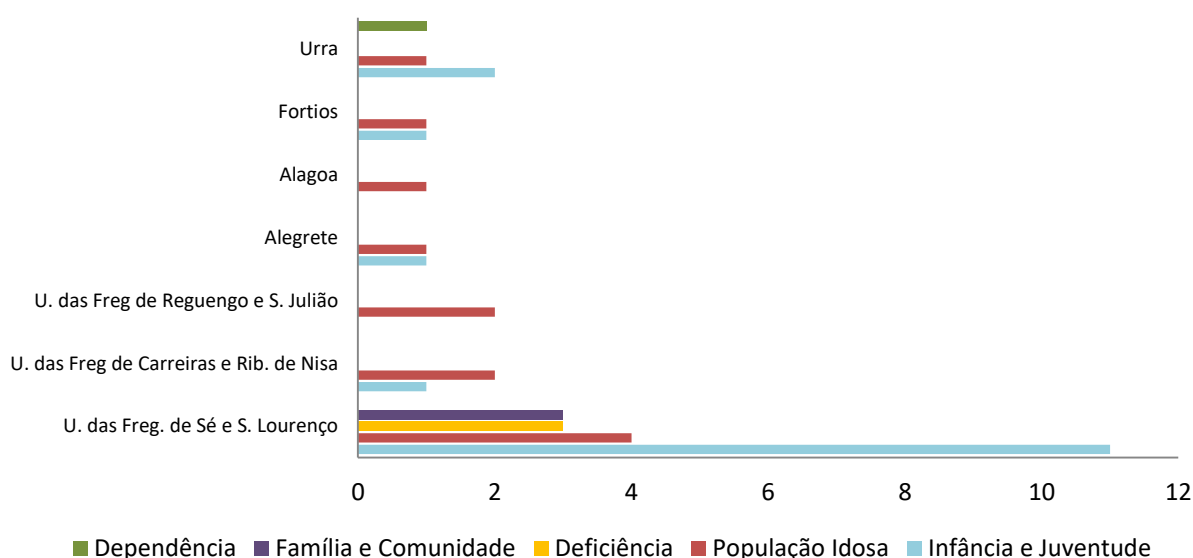
As Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS’s são as que são constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, que têm o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, não sendo administrada pelo Estado para prosseguir com os seus objetivos. A prestação de serviços destas instituições prendem-se essencialmente com o apoio à família, proteção dos cidadãos na velhice e/ou invalidez, proteção da saúde entre outros.

As IPSS’s têm um papel relevante pela sua proximidade com a comunidade e desenvolvem um modelo de apoio social capaz de responder às necessidades da mesma.

No concelho de Portalegre existem 19 IPSS’s abrangendo as respostas sociais; Creche, Jardim de Infância, Ocupação de Tempos Livres, Centro de Dia, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário, Centros de Acolhimento, Pré-escolar, Ajuda Alimentar e Acompanhamento Social. Existe também uma ERPI de cariz privado.

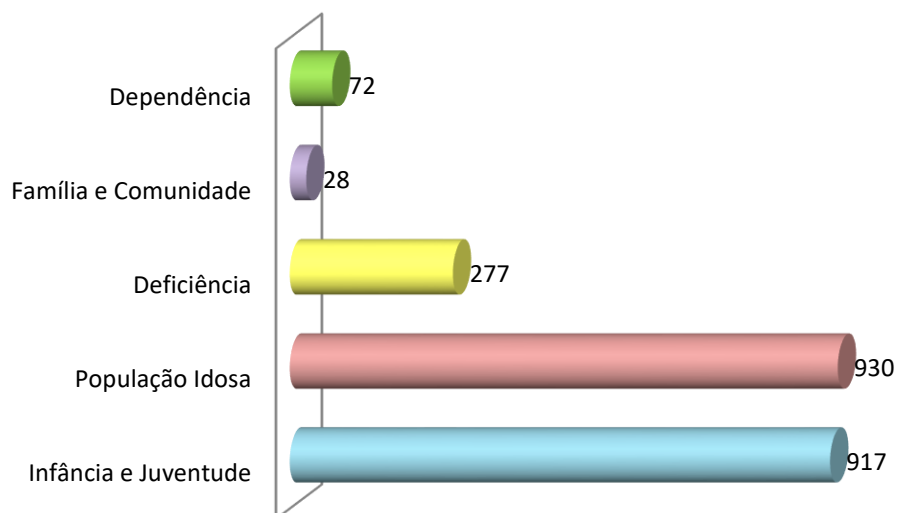
A freguesia sede de concelho, é aquela onde está sediado maior n.º de IPSS’s. Em cada uma das freguesias rurais apenas existia uma IPSS, com exceção da freguesia de Urra. Com a União das Freguesias de Reguengo e S. Julião e Carreiras e Ribeira de Nisa passaram a ter 2 Instituições, nestes casos.

N.º de Instituições, por freguesia e tipo de respostas



Fonte: CDSS Portalegre, Núcleo de Respostas Sociais, Unidade de Desenvolvimento Social

N.º Total de Utentes, por tipo de resposta



Num total de 2 202 utentes:

Infância e Juventude = 41,6%

População Idosa = 42,2%

Deficiência = 12,6%

Família e Comunidade = 1,3%

Dependência = 3,3%

Fonte: CDSS Portalegre, Núcleo de Respostas Sociais, Unidade de Desenvolvimento Social

Quadro Resumo das IPSS's do Concelho por área de intervenção

NOME DA INSTITUIÇÃO	Infância e Juventude				População Idosa				Deficiência					Família e			Dependência		
	CAFAP	CR	PRE ESCOLAR	CAT/L/E	C.C	C.DIA	ERPI	SAD	IP	CACI	LAR RESID	SAVI	RAI	C. COM.	CAT	NAVVD	Unidade Convalescença	Unidade Longa Duração e Manutenção	Residência de Apoio Moderado (saúde Mental)
APPACDM de Portalegre								40	100	30		50	6						
Associação Amigos da 3.ª Idade das Carreiras							41	22											10
Associação Amigos da 3.ª Idade dos Fortios		26	22			15	79	32											
Associação Sete Montes de São Julião							25	32											
Casa do Povo de Alagoa						20	30	15											
Centro de Bem Estar Social do Reguengo						18		31											
Centro de Bem-Estar Social da Urra		33	20																
Sport Clube Estrela					40														
Centro Social Diocesano Santo António		76	69	40															
Centro Social e Paroquial de São Tiago de Urra				40		12	119	35									31	31	
Centro Social Infantil - "O Girassol"		45	39																
Centro Social Jardim Infantil de São Cristóvão		44	48	40															
Centro Social Nossa Sra. da Esperança - Ribeira de Nisa						20	35	14											
CERCIPortalegre										37	15								
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Portalegre	69															10			
Obra Santa Zita de Portalegre		63	65	40															
Santa Casa da Misericórdia de Alegrete						20	28	30											
Santa Casa da Misericórdia de Portalegre		138				20	67	80			39			Suspenso					
TEGUA - Assoc.Desenv.Regional D'Entre Tejo e Guadiana						10									18				
TOTAL UTENTES POR RESPOSTA SOCIAL	69	425	263	160	40	135	424	331	100	67	54	50	6	50	18	10	31	31	10
2202																			

Fonte: CD Portalegre do ISS, I.P., Núcleo de Respostas Sociais, Unidade de Desenvolvimento Social

Equipamentos para a População Idosa

A população idosa está mais vulnerável a situações de pobreza e solidão que por vezes se traduzem em situações de isolamento social. Os equipamentos sociais são encarados como um suporte para a população idosa, sendo para muitos o único local onde sentem apoio.

Centro Convívio		Centro Dia		Estrutura Residencial pessoas Idosas		Serviço de Apoio Domiciliário	
Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo
40	40	135	88	424	332	331	224

Desta forma os equipamentos sociais com as valências de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Convívio, surgem para dar resposta às necessidades diárias da população idosa do Concelho. De acordo com dados recolhidos encontravam-se integrados nestas respostas 930 utentes. Verifica-se que a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e o Serviço de Apoio Domiciliário são os que têm mais capacidade. Verifica-se que em todas as respostas sociais existentes a capacidade é superior ao nº de utentes em acordo de cooperação. Conclui-se que 73,5% da capacidade dos equipamentos está a ser utilizada.

Equipamentos para a População Infantil

A Infância consubstancia-se como uma categoria social que necessita de ser acompanhada para que se garanta o equilíbrio integrado das crianças. Tendo em conta o desenvolvimento das sociedades e todos as consequências que isso acarreta, as crianças precisam de um espaço que de alguma forma substituam os pais enquanto estes trabalham.

É neste sentido que surgem os equipamentos de apoio à infância, nomeadamente nas respostas de Jardim de Infância, Ocupação de Tempos Livres e Creche.

Creche		Jardim Infância		Tempos Livres	
Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo
425	325	263	227	160	142

De acordo com os dados do Concelho as respostas de apoio à infância integram 917 crianças. Verifica-se que a resposta social Creche é a que detêm maior capacidade, seguido do Jardim de Infância e por fim, as Atividades de Tempos Livres. Conclui-se que 75,7% da capacidade está a ser utilizada.

Apoio à Família e Comunidade

No concelho existem ainda serviços ou equipamentos que visam apoiar pessoas ou famílias mais carenciadas, nomeadamente as que se apresentam numa situação de carência. Existem Instituições que recorrem ao Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados e ao Banco Alimentar Contra a Fome e às Cantinas Sociais. As Conferências Vicentinas e a Cáritas Diocesana e Inter Paroquial também têm demonstrado um papel ativo no apoio a famílias carenciadas.

É de referir que no concelho existem instituições que prestam atendimento e acompanhamento social, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, apoio familiar e aconselhamento parental, sem abrigo e comunitário.

Respostas de apoio à Família e Comunidade

Centro Comunitário	CAFAP		NAVVD		CAT	
	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo
O Acordo de Cooperação com a Santa Casa da Misericórdia encontra-se suspenso.	69	9 – Reunificação Familiar 51 – Preservação Familiar	10	10	18	18

Equipamentos de Apoio à População portadora de Deficiência

De modo a promover a participação social das pessoas portadoras de deficiência, existem respostas sociais, criadas geralmente nas Instituições Particulares de Solidariedade Social que têm como objetivo incentivar a reabilitação e inserção social destes indivíduos, bem como a sua integração em programas de formação e emprego protegidos. Estavam integrados nas respostas de Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Residência Autónoma e Intervenção Precoce, um total de 164 utentes.

Estas respostas têm como objetivo desenvolver atividades de ocupação que desenvolvam as capacidades cognitivas reforçando a sua autonomia pessoal, adaptação social e contribuição produtiva. A intervenção é personalizada junto de cada indivíduo e materializa-se num plano de desenvolvimento individual que deve ser avaliado e revisto periodicamente.

O Lar Residencial é uma resposta da CERCI e Santa Casa da Misericórdia de Portalegre que acolhe pessoas que sejam portadoras de algum grau de deficiência com idade igual ou superior a 16 anos residentes no Concelho. Os serviços prestados pelo Lar incidem sobre a alimentação, higiene pessoal, prestação de cuidados de saúde, acompanhados por uma Equipa Técnica Especializada.

A resposta de Residência Autónoma é dinamizada pela APPACDM de Portalegre.

Intervenção Precoce		CACI		Residência Autónoma		Lar Residencial		SAVI	
Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo	Capacidade	Utentes em acordo
100	64	67	56	6	6	54	49	50	50

PROTEÇÃO SOCIAL

As prestações sociais distinguem-se em:

- a) Prestações pecuniárias substitutivas de rendimento de trabalho, perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas, no âmbito do subsistema previdencial (exemplos: subsídio de doença e subsídio de desemprego);
- b) Prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no subsistema previdencial, e em situações de descompensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestativas daquele sistema, no âmbito do subsistema de solidariedade (Exemplos: Pensões de Invalidez e Rendimento Social de Inserção);
- c) Compensações de encargos familiares acrescidos quando ocorram as eventualidades legalmente previstas, no âmbito do subsistema de proteção familiar (Exemplo: Abono de Família).

Indicadores relativos ao concelho de Portalegre indicam que o valor médio anual despendido em pensões rondou os 5.156€. Distinguindo o teor de cada pensão percebe-se que a pensão de velhice é a que compreende o valor médio mais elevado (5.829€), com valores médios muito aproximados da pensão por invalidez (5.534€). Analisando o valor médio das restantes prestações conclui-se que o subsídio de desemprego é o que compreende a média mensal mais elevada (2.865€).

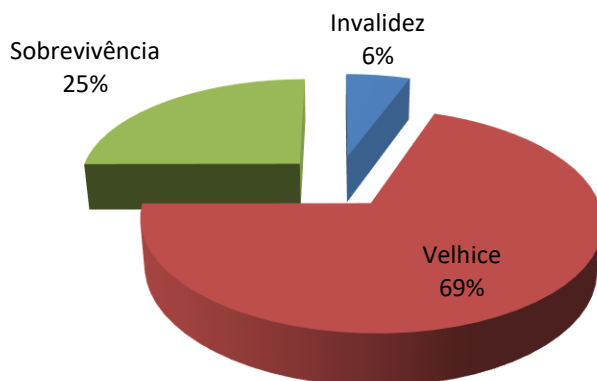
Indicadores de proteção social no concelho de Portalegre, em 2022

Indicadores de Proteção Social do Concelho em 2022		
Valor médio anual das pensões		5.156
	Invalidez	5.534
	Velhice	5.829
	Sobrevivência	3.210
Valor médio das prestações familiares		
Valor médio do subsídio de doença		902
Valor médio do subsídio de desemprego		2.865
N.º médio de dias de subsídio de doença		49
N.º médio de dias de subsídio de desemprego		162

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2022

Analisando detalhadamente os pensionistas residentes em Portalegre constata-se que, do total de 8 131, 69% são-no por Velhice. Acompanhando a tendência dos indicadores previamente examinados, as pensões pagas pela Segurança Social são direcionadas, sobretudo, para a Velhice.

Pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência, em 2022



Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo, 2022

No concelho de Portalegre, 1 799 pessoas beneficiaram do Subsídio de Doença, durante 89 622 dias, e para o qual foram despendidos 1 622 mil €. Em relação ao Subsídio Inicial Parental, os valores ficam muito aquém dos registados no subsídio de doença. No total assinalam-se 346 pessoas que usufruíram deste tipo de prestação pecuniária.

Subsídio por Doença, Subsídio Parental Inicial, no concelho, em 2022

Subsídio por Doença			Subsídio Inicial Parental			
Beneficiários	Dias processados	Valor processado	H		M	
			Beneficiários	Valor processado	Beneficiários	Valor processado
N		Milhares €	N	Milhares €	N	Milhares €
1 799	89 622	1 622	165	198	181	596

Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo, 2022

**Beneficiárias/os de subsídios de desemprego da Segurança Social,
segundo o sexo e a idade, 2022**

Total	Sexo				Idade					
	H		M		Menos de 25 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-54 anos	55 e mais anos
	Total	Novos beneficiários	Total	Novas beneficiárias						
688	300	160	388	182	39	161	95	161	171	61

Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo, 2022

Em 2022 eram 688 as pessoas a beneficiar de subsídio de desemprego no concelho, estando um maior número na faixa etária dos 50-54 anos. Também com número expressivo são os beneficiários entre os 25-29 e 40-49 anos. Verifica-se também que são mais as mulheres que beneficiam deste subsídio.

Prestações Familiares no concelho, em 2022

Prestações Familiares	
Abono de Família a Crianças e Jovens	
Beneficiários	1 906
Descendentes ou equiparados	2 680
Valor Processado (milhares €)	1 759
Subsídio por Assistência à 3.ª pessoa	
Beneficiários	24
Descendentes ou equiparados	25
Valor Processado (milhares €)	32
Subsídio de Funeral	
Beneficiários	15
Valor Processado (milhares €)	3

Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo, 2022

No âmbito do Subsistema de Proteção Familiar, percebe-se que o maior número de beneficiários se concentra nas prestações de Abono Familiar, que representa 95% da totalidade de beneficiários de prestações familiares. Relativamente ao número de descendentes ou equiparados e ao valor processado o cenário é semelhante.

No quadro em baixo, são apresentados dados relativos aos beneficiários da Prestação do subsistema de solidariedade no âmbito do sistema de proteção social de cidadania. Como é possível constatar persistem, um determinado número de indivíduos que preenchem os critérios de elegibilidade e que se encontram em situação de pobreza ou de exclusão social. Em Portalegre existiam, em 2022, 407 beneficiários desta prestação.

Beneficiários do Rendimento social de inserção no concelho, segundo o sexo e a idade, 2022

<u>Total</u>	<u>Sexo</u>		<u>Idade</u>				<u>Valores processados</u>
	H	M	Menos de 25 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos	
N.º							milhares de euros
407	186	221	160	80	89	78	477

Fonte: INE, Anuário da Região Alentejo, 2022

Percebe-se que o maior número de pessoas beneficiárias é do sexo feminino. Em termos de grupos etários conclui-se que 39,3% dos beneficiários têm idades <25 anos, e que outros 41,5% variam entre os 25 e os 54 anos. Os restantes 19,2% encontram-se no grupo de indivíduos com 55 e mais anos.

Desde 1 de maio de 2022, passou a ser competência da Câmara Municipal de Portalegre a celebração do Contrato de Inserção, após o deferimento do pedido por parte dos serviços da Segurança Social, tendo neste âmbito o Município celebrado um protocolo de cooperação com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Portalegre para o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI por forma a promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

É ao Núcleo Local de Inserção, órgão local, constituído por representantes de diversos setores de intervenção (Autarquia Local, Educação, Emprego e Formação Profissional, Saúde, e Segurança Social), a quem compete acompanhar o desenvolvimento das ações previstas nos contratos de inserção dos beneficiários do RSI, que se enquadram na respetiva área de intervenção, assegurando, a transmissão da informação ao Núcleo Local de Inserção.

Neste sentido, e tendo em conta o relatório de atividades 2023, apresentam-se alguns indicadores relativamente às atividades desenvolvidas pelo NLI de Portalegre.

Durante o ano de 2023 foram acompanhados no total 226 Processos de Rendimento Social de Inserção, dois quais 197 celebraram Contrato de Inserção.

Desses 226 Processos acompanhados, os beneficiários que os constituem caracterizam-se de forma generalista da seguinte forma:

	Nº
Total de Beneficiários Acompanhados	366
Total de Adultos	287
Total de Menores	79
Total de Mulheres	141
Total de Homens	146

Principais Dificuldades/ Desafios:

- A dimensão e a diversidade das problemáticas dos beneficiários
- A comprovação das declarações dos requerentes
- O processo burocrático complicado e/ou rigidez de alguns procedimentos (o cumprimento das exigências técnico - administrativas - prazos, relatórios)
- A fraca capacidade de respostas das estruturas para a inserção/ Insuficiência (gestão deficiente) de recursos de inserção
- A elaboração da avaliação dos níveis de execução e eficácia dos contratos de inserção de forma sistemática

DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Portalegre:

- **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)**

Constitui-se como uma resposta diferenciada, dotada de uma equipa multidisciplinar e vocacionado para o estudo, a prevenção e o apoio sócio terapêutico a crianças em risco e suas famílias, sendo a sua ação orientada para o reforço das competências pessoais dos intervenientes no sistema familiar da criança, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade. Poderá, ainda, desempenhar uma função de mediação entre a família e os vários serviços envolvidos ao longo do percurso de intervenção, com o objetivo de facilitar a comunicação, potencializar contactos e promover a solução de eventuais dificuldades que possam surgir na relação família/serviços, oferecendo-se como uma referência para a família.

- **O NAVVD – Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica**

Garante um atendimento/acompanhamento personalizado, gratuito e confidencial nas seguintes áreas: Apoio Social, Apoio Psicológico, Aconselhamento Jurídico às Vítimas de Violência Doméstica e Informação à Comunidade em Geral.

Dirige-se a vítimas de violência Doméstica, a quem necessite de informações e apoio para situações de violência doméstica e à população em geral.

Garante o atendimento em 7 concelhos do distrito de Portalegre, nomeadamente, Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide, Elvas, Marvão e Portalegre.

- **RAP – Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica**

Resposta especializada com o objetivo de informar, proteger e esclarecer as vítimas mais jovens, promover segurança e apoio continuado, integral e gratuito, evitando a revitimização, minimizando os impactos psicológicos e emocionais associados à violência.

C.P.C.J de Portalegre

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional, que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Câmara Municipal de Portalegre

Com a concretização da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social ao abrigo dos artigos 12º e 32º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, a Câmara Municipal de Portalegre passou, desde o dia 1 de maio de 2022, a assegurar o Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS), destinado a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e o acompanhamento da componente de inserção aos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI).

- **Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS)**

Assegura o atendimento e o acompanhamento social, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e também o atendimento em situações de emergência social.

Objetivos: Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação, em articulação com os competentes serviços e organismos da administração pública; Apoiar em situações de vulnerabilidade social; Prevenir situações de pobreza e de exclusão social; Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social; Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

- **O Rendimento Social de Inserção (RSI)**

É uma medida de combate à pobreza, que tem como principal objetivo assegurar aos cidadãos e respetivos agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, através de apoios e medidas de inserção, que deverão constar nos respetivos Contratos de Inserção, conforme descrito na Lei nº 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual.

Desde 1 de maio de 2022, passou a ser competência da Câmara Municipal de Portalegre a celebração do Contrato de Inserção, após o deferimento do pedido por parte dos serviços da Segurança Social, tendo neste âmbito o Município celebrado um protocolo de cooperação com a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Portalegre para o desenvolvimento de ações de acompanhamento dos beneficiários do RSI por forma a promover a sua autonomia e inserção social e profissional.

- **Cartão Social do Município**

O Cartão Social, destina-se a todos os munícipes em situação de grave carência económica, que o rendimento Mensal per capita do agregado familiar seja igual ou inferior ao valor da pensão social, e que o mesmo não possua bens patrimoniais à exceção da casa em que habitam.

Considerando que se tem vindo a verificar um aumento de situações de pobreza e exclusão social devido a causas ligadas a situações de desemprego e ou emprego precário, às baixas reformas e situações de endividamento das famílias, são beneficiários/as deste apoio, aproximadamente, 400 pessoas.

- **Cartão Municipal do Idoso**

O Cartão Municipal do Idoso visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos a partir dos 65 anos e da sua promoção social no concelho de Portalegre.

Obedece a 3 escalões (A, B e C) em função dos rendimentos do beneficiário.

Permite aos seus beneficiários a obtenção gratuita da emissão do cartão, descontos entre 50% e 25% nos consumos de água e todas as tarifas indexadas aos consumos de água, desconto de 50% ou 25% nos transportes públicos nas carreiras dos Serviços Municipalizados entre ao sede do concelho e local de residência, comparticipação de 75% ou 25% nas despesas mensais efetuadas com a aquisição de medicamentos; participação em passeios e convívios, entrada gratuita nas piscinas municipais do concelho.

- **Cartão Especial do Múncipe**

O Cartão Especial do Múncipe, destina-se ao grupo de utentes da Cerci, APPACDM e a todos os múnicipes portadores de sessenta por cento (60%) de incapacidade – Dec-Lei nº 174/97 de 19 de Julho.

Podem beneficiar do Cartão Especial do Múncipe todos os cidadãos residentes no Concelho de Portalegre, desde que, cumulativamente preencham os seguintes requisitos: Apresentar atestado de incapacidade igual ou superior a 60% ; Pertencer a agregado familiar cujo rendimento mensal “per capita” seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional.

- **Loja Social**

Espaço solidário privilegiado, de atendimento e acompanhamento social de indivíduos e famílias que vivam em situação problema.

A quem se destina? Todos os indivíduos ou famílias carenciadas que residem no concelho de Portalegre.

O que se pretende? Criar uma relação técnicos/beneficiários; Promover condições facilitadoras da inserção das pessoas; Acompanhamento de um projeto de vida;

O que a Loja disponibiliza?

Equipamento doméstico/Eletrrodomésticos/Brinquedos/Material Didático/Mobiliário/Bens alimentares/Roupa e calçado.

Saúde: Controle Glicemia capilar/Colesterol/Tensão arterial/índice de massa corporal

Ações de sensibilização: Alimentação Saudável/Prevenção cancro mama e colo do útero/Planeamento familiar/Higiene oral

Alguns Indicadores

Total de Famílias	65
N.º de Beneficiários	175
Faixa etária dos beneficiários	02 – 87 anos
Situação dos beneficiários	Ben r.s.i = 22 Desempregados = 4 Ativos = 18 Reformados = 20 Subsídio de Desemprego = 1

Fonte: Divisão dos Assuntos Sociais Câmara Municipal de Portalegre – Loja Social – Outubro/2024

Cantina social

Resposta social destinada ao fornecimento de refeições, a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, com o objetivo de garantir alimentação à população carenciada e sinalizar e diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento.

São três as Instituições no concelho de Portalegre que disponibilizam esta resposta, sendo o número de refeições diárias protocoladas:

	Nº de Refeições diárias
APPACDM de Portalegre	98
Santa Casa da Misericórdia de Alegrete	21
Santa Casa da Misericórdia de Portalegre	89

Programa ESCOLHAS9G – Projeto “Universo de Oportunidades”

O Projeto Universo das Oportunidades – 9ª Geração, promovido pelo Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal de Portalegre- intervém na União das freguesias de Sé e S. Lourenço (zona urbana) e está sedado no Bairro dos Assentos.

Esta freguesia caracteriza-se por uma população jovem e com grande diversidade étnica e cultural.

Os destinatários são provenientes, predominantemente, de famílias em situações de exclusão socioeconómica e com altos níveis de insucesso, absentismo e abandono escolar relacionado com falta de competências pessoais e sociais.

O projeto Universo das Oportunidades propõe-se a: promover a inclusão escolar, formativa e profissional dos jovens; desenvolver competências pessoais, sociais e escolares dos jovens e famílias; capacitar os destinatários para uma participação ativa e esclarecida; acompanhar e apoiar iniciativas empreendedoras dos jovens; incentivar o envolvimento dos jovens em campanhas de divulgação de uma cultura de paz; e dar acesso às novas tecnologias possibilitando a inclusão digital.

Os destinatários têm à sua disposição um Espaço, com atividades de informação, orientação, aconselhamento, desportivas, culturais e artísticas que promovem a interculturalidade, a cidadania, hábitos de vida saudáveis e competências parentais.

Banco Local de Voluntariado

O Banco Local de Voluntariado é dinamizado pela Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco e tem como objetivos mediar a oferta e a procura de voluntariado, recebem inscrições de entidades concelhias e de voluntários, procuram conhecer as expectativas de ambos e, de acordo com isso, fazemos os encaminhamentos.

Após a entidade e voluntário se conhecerem, vão decidir se vão ou não ser estabelecidos os vínculos de trabalho voluntário. Aconselha-se um período experimental de mais ou menos 1 mês;

A entidade promotora (que acolhe) deve integrar o voluntário, facilitando o contato (apresentação/quebra-gelo) com os colaboradores, e alguma formação de tipo mais específico, para que possa conhecer a instituição, a cultura organizacional, o público-alvo, etc.

O Banco Local de Voluntariado proporciona a formação geral para voluntários.

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Portalegre

O CLAIM | Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Portalegre, executado pela Cáritas Diocesana de Portalegre – Castelo Branco, presta uma resposta local de acolhimento e integração à comunidade migrante.

Os CLAIMs são gabinetes/espços de informação, aconselhamento e encaminhamento e têm como missão apoiar todo o processo de acolhimento e integração de pessoas migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local.

Com o propósito da sua integração plena, em articulação com a rede de parceiros locais, o CLAIM de Portalegre, na ótica de uma loja do cidadão para o migrante, presta atendimentos especializados em diversas áreas, tais como, regularização, finanças, segurança social, apoio ao emprego, questões laborais, nacionalidade, reagrupamento familiar, apoio social, retorno voluntário, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.

Também a aprendizagem da Língua Portuguesa é um fator determinante para a plena inclusão e integração da população migrante e refugiada e, nesse sentido, a Cáritas Diocesana promove também a aprendizagem da língua Portuguesa.

A Cáritas Diocesana de Portalegre – Castelo Branco mantém ininterruptamente, há mais de 21 anos, o apoio à população migrante que escolhe Portalegre para desenvolver o seu projeto de vida.

Em outubro de 2024 o CLAIM registava um total de 1 879 atendimentos, sendo 65% do sexo masculino e 35% do sexo feminino. O grupo etário mais representativo (38%) são pessoas entre os 30-39 anos e 27% com idades compreendidas entre os 18-29 anos.

As nacionalidades das pessoas registadas são maioritariamente do Brasil, Angola, Índia, Sri Lanka e Nigéria.

Os motivos pelo qual se deslocaram ao CLAIM estão, na maioria, relacionados com assuntos de permanência em território nacional, finanças, atendimento social, inserção profissional e segurança social.

Centro de Competências de Envelhecimento Ativo (CCEA),

Centro de Competências de Envelhecimento Ativo (CCEA), centro protocolar do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP), da Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD -ABC) e do Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.). Tem sede em Loulé e dispõe de um polo por cada distrito, com dois técnicos.

O CCEA promove a realização de formação profissional e o reconhecimento, validação e certificação de competências no âmbito da prestação de cuidados a pessoas idosas, tendo como objetivo a promoção de uma abordagem positiva ao envelhecimento, capacitando assim os profissionais para que estes possam oferecer cuidados e serviços diferenciadores e de alta qualidade, que permitam melhorar a qualidade de vida dos idosos.

O CCEA pretende ainda contribuir para o diagnóstico e definição de estratégias no domínio da prestação de cuidados a pessoas idosas, bem como promover uma resposta formativa inovadora, dotando os ativos de competências específicas nesta área de atuação, cruciais para responder às necessidades da sociedade portuguesa no domínio do envelhecimento ativo.

PROBLEMAS E NECESSIDADES MAIS EVIDENCIADOS:

- Espaços físicos reduzidos para fazer face ao n.º de utentes
- Existência de lista de espera para ERPI para camas compartilhadas pela ISS, I.P.
- Aumento da frequência de utentes em Centro de Dia e Apoio Domiciliário
- Maior procura que oferta, > n.º de solicitações vs dificuldades em prestar respostas adequadas; não são integrados devido ao valor mensal a pagar nas camas não compartilhadas
- Inexistentes respostas de alojamento urgente e temporário
- Insuficientes respostas para Lar Residencial e Residência Autónoma
- Deficiente rede de bancos de voluntariado organizado (não reconhecimento por parte dos dirigentes locais e pouca sensibilidade das instituições/entidades)
- Crescente número de migrantes oriundos de diferentes países, que não falam a língua portuguesa, residentes no concelho de Portalegre
- Falta de uma rede de suporte para acesso a serviços por parte da população migrante

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Equipamentos/ Serviços/ Respostas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Espaços físicos reduzidos para fazer face ao elevado n.º de pedidos para integração de utentes em estruturas, apesar da taxa de cobertura do distrito ser suficiente tendo em consideração população idosa do distrito. - Insuficiente cobertura de camas comparticipadas pelo ISS, I.P. nas ERPI para responder às solicitações; - Diminuição da frequência de utentes em Centro de Dia e Apoio Domiciliário e resposta incompleta por parte de algumas Instituições; - Desadequação da legislação face às necessidades materiais, financeiras e recursos humanos dos equipamentos para promover o bem-estar integral dos idosos institucionalizados; - Inexistentes apartamentos de autonomização/ Reinserção social/unidades residenciais; - Insuficientes respostas para Lar Residencial e Residência Autónoma; - Insuficientes respostas para a Intervenção Precoce na Infância (IPI); - Insuficientes serviços de transporte de pessoas com deficiência; - Deficiente rede de bancos de voluntariado organizado; - A frágil sustentabilidade financeira das Instituições/inação social - Inexistência de um grupo de autoajuda de forma a facilitar a integração e a inclusão da população migrante na comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Insuficiente capacidade nas respostas sociais: Centros de Acolhimento Temporário; Lar Residencial e Residência Autónoma; - Falta de meios para promoção de atividades com os utentes; que depende muito de animadores competentes - Equipamentos desadequados à necessidades dos utentes e respetivo meio envolvente; - Criação de espaços autónomos, com acompanhamento técnico não institucional para fazer face a um público-alvo diversificado (jovens com + 18 anos/ex reclusos/doentes do foro psiquiátrico e outros grupos); - N.º de utentes em acordo claramente insuficiente para dar resposta ao nível da IPI; - Transporte (carrinhas/autocarros) para pessoas com deficiência não corresponde às necessidades dos utentes; - Não reconhecimento por parte dos dirigentes locais e pouca sensibilidade das instituições/entidades;

SAÚDE

Pretende-se aqui, apresentar um conjunto de outros indicadores que permitirão efetuar um retrato do concelho relativamente a questões relacionadas com a saúde nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos e aos serviços de saúde que a população tem à sua disposição. A qualidade dos serviços de saúde oferecidos a uma população constitui um pilar fundamental para a promoção e manutenção do bem-estar dos indivíduos garantindo o direito fundamental de todos os cidadãos à proteção da saúde, independentemente da condição social, da situação económica, ou da localização geográfica de cada um.

A informação referente aos recursos humanos que estão afetos aos diferentes serviços de saúde disponíveis a toda a população do concelho, permite aferir sobre a suficiência deste tipo de recursos para assegurar condições mínimas de saúde exigidas por uma parte significativa da população cuja faixa etária requer diversos tipos de cuidados especializados.

No período 2011-2021, o concelho de Portalegre aumentou o número de médicos, de dentistas, manteve o número de farmacêuticos e prevê-se que tenha aumentado o número de enfermeiros segundo o valor provisório apresentado no ano 2021.

Profissionais de saúde (N.º): médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos no concelho (2011, 2021)

	Médicos		Dentistas		Enfermeiros		Farmacêuticos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portalegre	111	120	16	19	393	Pro 483	35	35

Legenda: Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde)

Verifica-se, no quadro em baixo, que no Hospital Doutor José Maria Grande, houve um aumento significativo do número de médicos, enfermeiros, pessoal de enfermagem e técnicos de diagnóstico e terapêutica de 2001 para 2021. Esta tendência revela um investimento na quantidade de profissionais afetos à unidade hospitalar do concelho de Portalegre denotando uma preocupação em satisfazer as exigências que a população necessita em termos de saúde.

Pessoal ao serviço (N.º) na unidade hospitalar (SNS) no concelho de Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Portalegre		
	2001	2011	2021
Médicos	64	66	Pro 115
Enfermeiros	22	281	Pro 448
Pessoal auxiliar de enfermagem	216	216	Pro 319
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	36	53	Pro 101

Fonte: Pordata (INE DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

O quadro seguinte, mostra-nos a distribuição dos médicos por área de especialidade no concelho, em 2011 e em 2021, verificando-se que neste período o concelho perdeu um médico com especialidade em ortopedia, dois médicos não especialistas e manteve o número de médicos com especialidade em oftalmologia e pediatria. Contudo, o ano 2021 evidencia um aumento de médicos nas especialidades de cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, medicina geral e familiar e psiquiatria.

Médicos especialistas e não especialistas (N.º) no concelho de Portalegre (2011, 2021)

	2011	2021
Cirurgia geral	9	10
Estomatologia	0	0
Ginecologia e Obstetrícia	5	6
Medicina geral e familiar	16	18
Oftalmologia	3	3
Ortopedia	1	0
Pediatria	6	6
Psiquiatria	2	5
Não especialistas	44	42

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde)

Quando se analisa a informação referente ao número médio de habitantes por médico nas três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional, observa-se que a nível nacional, o registo global da informação, indica que este número médio tem vindo a diminuir desde o ano 2001 apresentando um menor número de habitantes por médico. Esta tendência de decréscimo verifica-se também na região do Alentejo e na sub-região do Alentejo apresentando, no entanto, valores mais elevados na região do Alentejo quando comparada com a sub-região do Alentejo o que sugere que na região do Alentejo, cada médico tem a seu cargo, em média, um maior número de habitantes.

O concelho de Portalegre tem registado ao longo do período 2001-2021 uma diminuição no número médico de habitantes por médico apresentando, em 2021, um valor próximo da média nacional sendo, ao mesmo tempo, o valor mais baixo de todos os concelhos do distrito de Portalegre.

Quando se consideram as três dimensões geográficas, nacional, regional e sub-regional bem como a informação referente ao concelho de Portalegre na comparação de valores de 2001 para valores de 2021, verifica-se que a realidade relativamente ao número médio de habitantes por farmacêutico apresenta algumas semelhanças em relação à tendência verificada no número médio de habitantes por médico. Tal como acontece com o número médio de habitantes por médico, também o concelho de Portalegre é o que regista o valor médio do número de habitantes por farmacêutico mais baixo estando muito próximo do valor registado a nível nacional.

Habitantes por médico e por farmacêutico (Média) no concelho, na sub-região Alto Alentejo, na região Alentejo e em Portugal (2001, 2011, 2021)

	Habitantes por médico			Habitantes por farmacêutico		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Portalegre	273,2	223,3	Pre 186,2	1 442,0	708,3	Pre 638,3
Alto Alentejo	464,6	324,5	Pre 253,7	1 865,1	1 018,2	Pre 954,7
Alentejo	618,0	461,0	Pre 309,4	1 694,8	1 022,4	Pre 876,8
Portugal	311,8	246,7	Pre 176,4	1 365,3	888,2	Pre 645,4

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas do Pessoal de Saúde; Estimativas Anuais da População Residente)

Caracterização concelho relativamente as serviços de saúde:

Apesar dos dados referentes à capacidade em termos de número de camas e de número de salas de operação existentes na unidade hospitalar de Portalegre serem, no ano 2021, valores provisórios, verifica-se no hospital localizado em Portalegre um aumento do número de camas de 2011 para 2021 ficando o valor deste último ano abaixo do valor registado em 2001. Relativamente ao número de salas de operação, o hospital de Portalegre revela um aumento gradual deste tipo de recurso existindo em 2021 mais do dobro da capacidade que existia em 2001.

Camas e salas de operação (N.º) na unidade hospitalar, no concelho de Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Portalegre		
	2001	2011	2021
Camas	274	200	Pro 236
Salas de Operação	3	4	Pro 7

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

O hospital de Portalegre, apresenta um aumento do número de consultas em todas as especialidades registadas na tabela exceto na especialidade de pediatria que apresenta um valor inferior a metade das consultas efetuadas em 2001, situação que poderá estar associada ao decréscimo do número de crianças verificado na região. As especialidades de medicina interna, de oftalmologia e de ortopedia foram as que registaram, em 2021, um maior aumento relativamente aos valores de 2011 destacando-se a ortopedia que apresenta uma aumento quatro vezes superior a 2011 e a medicina interna e oftalmologia como especialidades que apresentaram um aumento cerca de três vezes superior ao valor de 2011. No hospital de Portalegre, em 2021, a população recorreu mais a especialidades como cirurgia geral, ortopedia e oftalmologia tendo sido a pediatria e a otorrinolaringologia as que registaram um menor número de consultas.

Consultas externas (N.º) por especialidade na unidade hospitalar no concelho de Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Portalegre		
	2001	2011	2021
Cirurgia geral	7 020	8 209	Pro 11 952
Ginecologia	2 128	3 394	Pro 5 415
Medicina interna	3 453	2 660	Pro 7 926
Oftalmologia	1 861	3 121	Pro 9 382
Ortopedia	3 452	2 389	Pro 10 252
Otorrinolaringologia	2 284	0	Pro 2 516
Pediatria médica	4 108	2 221	Pro 1 904
Psiquiatria	5 746	4 301	Pro 4 738

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

Destacam-se, as urgências, como um tipo de serviço que sofreu um maior aumento em termos de procura, em 2021, quase o dobro relativamente aos valores registados em 2001 e em 2011. Os internamentos aumentaram, em 2021, ligeiramente quando comparados com os valores de 2001 e de 2011. O número de partos realizados no hospital, o número médio de cirurgias realizadas por dia bem como a taxa de ocupação são indicadores que apresentam, em 2021, valores ligeiramente inferiores aos registados em 2011.

Urgências, Internamentos, partos (N.º), cirurgias por dia (Média) e taxa de ocupação (%) na unidade hospitalar no concelho de Portalegre (2001, 2011, 2021)

	Portalegre		
	2001	2011	2021
Urgências	38 354	38 775	Pro 69 661
Internamentos	6 628	6 639	Pro 6 805
Partos	467	433	Pro 420
Cirurgias por dia	-	15	Pro 14
Taxa de ocupação num ano (%)	68,5%	77,3%	Pro 76,4%

Pro – Valor provisório

Fonte: Pordata (INE DGS/MS – Inquérito aos Hospitais)

Portalegre sofreu ligeiras alterações relativamente ao número de farmácias e postos farmacêuticos móveis desde 2001 até 2021, apresentando neste último ano, um total de catorze estruturas deste tipo de serviço.

Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º) no concelho, (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Portalegre	13	12	14

Fonte: Pordata (INE – Estatísticas das Farmácias)

No concelho de Portalegre, o número de habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis tem vindo a diminuir desde 2001, o que poderá estar associado, por um lado, a um decréscimo populacional e, por outro lado, a um aumento do número de estruturas à disposição da população.

Habitantes por farmácias e postos farmacêuticos móveis (Média) no concelho, (2001, 2011, 2021)

	2001	2011	2021
Portalegre	1 996,7	2 065,8	Pre 1 595,9

Pre – Valor preliminar

Fonte: Pordata (INE – Estimativas Anuais da População Residente; Estabelecidas Farmácias)

A prestação de cuidados de saúde no concelho de Portalegre, é da responsabilidade da Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo (ULSAALE, EPE), criada a 1 de março de 2007 pelo Decreto-Lei n.º 50-B/2007, de 28 de fevereiro como ULSNA, EPE e com alteração da sua designação em 2023 (Decreto-Lei nº 102/2023, de 7 de novembro), passando a incluir o Laboratório de Saúde Pública.

No que respeita à sua intervenção no concelho de Portalegre, a ULSAALE, EPE possui:

- 1 Unidade hospitalar – Hospital Dr. José Maria Grande
- 1 Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), composta por 3 assistentes técnicos e 7 assistentes operacionais;
- 2 Unidades de Saúde Familiar (USF) – USF Plátano e USF Portus Alacer – compostas no seu total por 13 médicos, 14 enfermeiros e 10 assistentes técnicos;
- 1 Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC Ammaya), constituída por 7 enfermeiros e 1 assistente operacional;

A ULS possui ainda serviços sedeados no concelho de Portalegre, embora com intervenção de âmbito distrital:

- Centro Doenças Pneumológicas;
- Unidade de Saúde Pública (USP)
- Laboratório de Saúde Pública.

As diferentes unidades contam com a colaboração de profissionais na área de Serviço Social, Psicologia, Nutrição e Higiene Oral (1 elemento de cada área profissional).

As 2 USF's existentes no concelho contam com 23 926 utentes inscritos (dos de setembro de 2024).

A dificuldade de captação de profissionais da área da medicina para o concelho tem vindo a aumentar o número de utentes inscritos sem médico de família, motivo pelo qual a ULSAALE, EPE iniciou recentemente (setembro 2024) uma consulta específica para atendimento a doentes sem médico de família atribuído, assegurada por prestadores de serviço.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Problemática	Problemas e necessidades	Caracterização
Saúde	Comportamentos Aditivos e Dependências: Álcool, Drogas, Jogo	<ul style="list-style-type: none"> - Grande número de pessoas que não assume o consumo ou comportamento aditivo; - Desvalorização do consumo excessivo de álcool por questões culturais; (aceite social e culturalmente). - Reflexo de problemas familiares e profissionais; - Aumento de situações de alcoolismo; - Aumento de pessoas em situação de sem-abrigo devido á dependência; - Aumento do nº de jovens com dependência de jogo a dinheiro; - Situações de violência doméstica associadas ao consumo de álcool e drogas; - Maior n.º de jovens consumidores de cannabis, com situações de uso e abuso em idades cada vez mais precoces; - Aumento de recaídas nos consumos de drogas e álcool, face aos contextos ambientais: desemprego, falta de respostas sociais entre outros; - Aparecimento de um maior nº de situações de doença mental associado ao uso abusivo das drogas e álcool.
	Doenças crónicas	- Aumento da complexidade dos cuidados e do tempo de dependência dos doentes.
	Forte incidência de situações de dependência	- Aumento da complexidade dos cuidados e do tempo de dependência dos doentes.

Potencialidades vs Debilidades

Território, Demografia e Dinâmicas Económicas

Potencialidades	Debilidades
<p>Existência infraestruturas de apoio às atividades económicas - Parque Industrial de Portalegre e o Centro de Apoio à Criação de Empresas do Alto Alentejo - papel relevante na fixação de unidades produtivas no concelho, cujo papel é determinante para a inversão da tendência de repulsão da população residente em idade ativa.</p> <p>Turismo como sector de atividade económica com potencial desenvolvimento</p> <p>Potencialidades naturais, culturais e patrimoniais que o concelho oferece ao desenvolvimento de atividades turísticas, de recreio e lazer, as quais se apresentam como uma oportunidade adicional à diversificação e dinamização da base económica local.</p>	<p>Baixa densidade populacional;</p> <p>Saldo fisiológico negativo;</p> <p>Isolamento social decorrente da dispersão geográfica de algumas localidades e famílias;</p> <p>Desemprego com índice de crescimento regular</p> <p>Estrutura socioprofissional com significativo peso de trabalhadores não qualificados e com baixa escolaridade.</p> <p>Baixo espírito empresarial.</p> <p>Tecido empresarial fragilizado, quer pela dimensão das empresas (onde predominam as microempresas de cariz familiar), quer pela incipiente capacidade produtiva (volumes de vendas reduzidos).</p> <p>Fraço potencial de adaptabilidade, Inovação e sustentação em matéria de estrutura do tecido produtivo e empresarial.</p> <p>Persistência de condicionalismos no comércio tradicional</p>

Educação, Formação e Emprego

Potencialidades	Debilidades
<p>Rede escolar que cobre todos os níveis de ensino definidos no sistema educativo;</p> <p>Centralidade do concelho no que respeita à concentração de equipamentos escolares e fluxos de alunos provenientes de outros concelhos;</p> <p>Alguma dinâmica e diversidade de oferta formativa por parte de várias entidades;</p> <p>Algumas respostas (temporárias) aos desempregados (programas/medidas, formação profissional).</p> <p>Ensino superior politécnico com oferta formativa diferenciada a capitalizar em termos de fixação de quadros nas empresas sediadas na região;</p> <p>Fixação, ainda que temporária e sazonal, de estudantes no concelho, contribuindo para a criação de mais-valias complementares aos orçamentos familiares (aluguer de habitações e quartos).</p>	<p>Falta motivação dos jovens face à formação e desenvolvimento profissional;</p> <p>Baixa escolaridade do grupo etário > 50 anos/baixas qualificações escolares;</p> <p>Número significativo de população fora da idade ativa (reformada);</p> <p>Desemprego junto da população em Idade ativa, mas não muito jovem e com baixa escolaridade e qualificação profissional;</p> <p>Falta de qualificações para áreas específicas face às necessidades de emprego;</p> <p>Desadequação entre expectativas profissionais e ofertas de emprego;</p> <p>Sector industrial que tem vindo a reduzir o n.º de trabalhadores;</p> <p>Desemprego de Longa Duração;</p> <p>Falta de criatividade e iniciativa para a criação do próprio emprego;</p>

Habitação, condições de Saúde e Dinâmicas de Intervenção Social

Potencialidades	Debilidades
<p>Parque habitacional com condições de habitabilidade e infraestruturas básicas satisfatórias;</p> <p>Dinâmica de crescimento do parque habitacional do concelho, com a proliferação de urbanizações e loteamentos em vários pontos da cidade de Portalegre e em algumas freguesias rurais;</p> <p>Existência de alguns programas de prevenção desenvolvidos no centro de saúde;</p> <p>Insuficiente oferta de serviços especializados na área da saúde (apesar de tudo capaz de dar resposta às necessidades momentâneas);</p> <p>Convergência de disponibilidades por parte de algumas entidades (forças de segurança e bombeiros) para a implementação de ações de informação / sensibilização dirigidas a grupos sociais vulneráveis, em particular idosos;</p> <p>Significativa rede de equipamentos e entidades locais com valências de intervenção diversificadas, que, quando convenientemente articuladas, deixam antever um quadro de intervenção social integrada, com alguma visibilidade e capacidade de resposta a alguns problemas sociais.</p>	<p>Famílias com insuficiência de rendimentos para compra ou arrendamento privado;</p> <p>Existência de habitação no mercado de arrendamento que não dá resposta às necessidades devido à elevada especulação imobiliária; Facto que se reflete num maior número de pedidos de habitação social;</p> <p>Alcoolismo: Grande número de pessoas que não assume o problema, desvalorização do consumo excessivo por questões culturais;</p> <p>Reflexo de problemas familiares e profissionais, aceite social e culturalmente;</p> <p>Existência de algumas condições de vulnerabilidade aos comportamentos desviantes dos jovens;</p> <p>Forte incidência de situações de dependência e doenças crónicas, dificuldades familiares em assumir o acompanhamento a situações de dependência;</p> <p>Doenças do foro psiquiátrico, falta de respostas e acompanhamento;</p> <p>Existência de um número significativo de processos relativos a famílias dependentes de prestações sociais, com particular incidência nas faixas etárias e idade ativa e na população feminina.</p>

Identidade Cultural e dinâmicas Associativas

Potencialidades	Debilidades
<p>Significativo património cultural, englobando várias vertentes ligadas à identidade cultural da região e dentro desta o artesanato, a gastronomia, entre outras;</p> <p>Possibilidade de rentabilização de saberes e produtos tradicionais numa estratégia de sobrevivência e numa fonte complementar de rendimentos, a partir dos recursos patrimoniais locais;</p> <p>Existência de diversidade de espaços e grupos associativos em várias áreas de intervenção desde o desporto, à cultura, entre outros;</p> <p>Regularidade e inovação na oferta cultural e na utilização de espaços não convencionais (a par de outros convencionais) para iniciativas culturais;</p> <p>Possibilidade de utilização/rentabilização de equipamentos, estruturas e espaços desportivos, culturais e recreativos por parte de públicos diferenciados;</p>	<p>Existência de espaços diversificados e de grupos associativos não significa a identificação de uma dinâmica associativa com vitalidade e índices de participação elevados;</p> <p>Risco de estagnação das dinâmicas associativas locais;</p> <p>Inexistência de incentivo e não aproveitamento de recursos culturais locais como estratégia complementar de criação de riqueza;</p>

PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO

Investir na educação e formação da população;

Desenvolver ações que reforcem a escolaridade da população bem como a sua qualificação;

Promover atividades ao ar livre;

Promover ações que estimulem a participação da população idosa e deficiente;

Criar mecanismos de apoio à população idosa e deficiente que se encontram isolados;

Espaços físicos reduzidos para fazer face ao n.º de utentes- Insuficiente capacidade nas valências: Centros de Acolhimento Temporário; Lar Residencial e Residência Autónoma;

Existência de lista de espera para ERPI para camas comparticipadas pela ISS, I.P.

Maior procura que oferta, > n.º de solicitações vs dificuldades em prestar respostas adequadas; não são integrados devido ao valor mensal a pagar nas camas não comparticipadas

Inexistentes apartamentos de autonomização/reinserção social/unidades residenciais

Insuficientes respostas para Lar Residencial e Residência Autónoma

Deficiente rede de bancos de voluntariado organizado (não reconhecimento por parte dos dirigentes locais e pouca sensibilidade das instituições/entidades)

Incentivar a criação do próprio emprego;

Promover iniciativas que estimulem o empreendedorismo;

Necessidade de rentabilizar os recursos existentes nas IPSS's;

Desenvolver ações de formação para o pessoal dos quadros intermédios das IPSS's

Apostar em campanhas de prevenção de comportamentos desviantes;

Necessidade de criação de gabinetes de apoio familiar.

CONCLUSÃO

Com a elaboração deste documento que se define como sendo estratégico para o desenvolvimento social local, é possível a identificação dos problemas emergentes do concelho bem com a definição de prioridades de intervenção.

Um concelho onde o envelhecimento demográfico está cada vez mais acentuado urge à sociedade a consciencialização das problemáticas associadas a este escalão etário. O aumento registado das respostas sociais nesta área possibilita melhores condições de vida e conseqüentemente maior longevidade. No entanto, este grupo está exposto a situações de vulnerabilidade, económica, isolamento e solidão. Há necessidade de promover o bem-estar deste grupo através do aumento das capacidades e rentabilização dos recursos já existentes, bem como inovação dos serviços no sentido de promover o envelhecimento ativo. À semelhança do que se assiste na população idosa, impõe-se a necessidade de melhorar os equipamentos destinados à população portadora de deficiência. Assim, as instituições concelhias têm um papel fundamental do desenvolvimento social, que através de parcerias estabelecidas devem conseguir colmatar as lacunas sentidas.

Em suma, as prioridades de intervenção devem incidir nas áreas onde é fulcral intervir para a resolução de problemas, criando respostas adequadas às necessidades e incrementando a participação e mobilização dos diversos agentes locais.

Tentar responder com intervenções ao nível:

- ❖ Das pessoas com doença mentais e portadoras de deficiência (dando ênfase à necessidade de aumentar as respostas que garantam os cuidados de saúde e bem-estar das pessoas com doença do foro psiquiátrico e neurológico, e portadoras de deficiência, e respetivos cuidadores);
- ❖ Das crianças/jovens em risco (tendo presente a necessidade de possuir no concelho respostas de autonomização de jovens institucionalizados, promovendo a transição para uma vida autónoma);
- ❖ Da população idosa (tendo em atenção a necessidade de aumentar, racionalizar e diversificar as respostas sociais e de saúde, permitindo uma assistência permanente, e um acompanhamento mais ativo das redes de apoio, combatendo o isolamento, e reforçando a solidariedade entre gerações);
- ❖ Das famílias vulneráveis (tentando promover a sua formação e capacitação, desenvolvendo e reforçando as competências parentais; e por outro lado criando serviços de apoio à sua capacitação financeira);

- ❖ Da violência doméstica (reforçando a capacidade de resposta às famílias em crise, no processo de procura de novos equilíbrios que se traduzam numa reorganização familiar e conjugal);
- ❖ Dos comportamentos aditivos (reforçando a capacidade das respostas preventivas e de apoio);
- ❖ Bem como ao nível da melhoria da qualidade dos serviços de apoio social (qualificando o processo de atendimento, tornando mais eficaz e eficiente o processo de inserção social, aumentando a satisfação das famílias e a qualificação dos serviços prestados).